



PESSOAS e LUGARES

Phil Hogan será o novo Comissário Europeu

Ex-ministro da Irlanda
com a pasta da Agricultura
e Desenvolvimento Rural
na Comissão Juncker

p.3

BTN Algarve'14

Bienal de Turismo de Natureza
com forte adesão institucional,
autárquica e empresarial

p.5

Cooperação no Alentejo Central



Foto: J. V. Afonso

Rota da cooperação (e inovação) no Alentejo Central

Centrada na iniciativa dos agentes locais

p.22-23

Considerar as especificidades de cada território

Entrevista com
Teresa Pinto Correia

p.8-11



Na perspetiva da Comissão Europeia, o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) constitui-se como uma “ferramenta” essencial no envolvimento de parceiros a nível local, tanto na arquitetura como na execução de estratégias de desenvolvimento, permitindo uma transição da nossa sociedade para um futuro mais sustentável.

A justificar este posicionamento, a UE salienta diversos princípios que resultam da avaliação efetuada às diferentes gerações da abordagem LEADER e de que destacamos, no contexto desta edição do jornal PESSOAS E LUGARES, a cooperação e o trabalho em rede, numa lógica de co aprendizagem entre parceiros e da consolidação de alianças que reforçam o posicionamento dos territórios e dos seus agentes na economia global.

De facto, a componente de cooperação na abordagem LEADER tem-se revelado essencial, por permitir viabilizar e potenciar inúmeras iniciativas que de forma isolada não teriam condições para emergir ou se consolidar e, por produzir conhecimento determinante para a sustentabilidade das organizações locais e para a estruturação dos territórios.

Depois de mais de 20 anos de intervenção, a cooperação no contexto da abordagem LEADER, evoluiu, colocando-se hoje novos desafios que requerem dos diferentes interlocutores, também diferentes respostas. Assim, a componente da inovação, essencial na cooperação, encerra lógicas de experimentação que requerem um elevado nível de flexibilidade nos normativos de aplicação dos fundos, para a qual é indispensável que a administração esteja muito atenta, desenhando um

quadro regulamentar flexível, que não seja restritivo e asfixiante, mas antes um estímulo ao desenvolvimento de projetos em cooperação, inovadores e adaptados às especificidades e expectativas dos territórios.

Por outro lado, o conhecimento e a maturidade, atingidos em diferentes projetos de cooperação já realizados, requer dos GAL uma capacidade de articulação essencial para a obtenção e disseminação mais eficaz de resultados. Também a crise societária que atravessamos aponta para o surgimento de novas temáticas com elevados níveis de complexidade a que os GAL devem responder, estabelecendo parcerias com centros de investigação e de produção de conhecimento, essenciais no desenho de novas soluções.

Aos GAL caberá saber fazer a síntese das potencialidades locais e da vontade dos agentes dos territórios, encontrando as melhores formas de, no contexto das políticas nacionais e europeias e dos respetivos mecanismos de apoio, viabilizar as ações necessárias para concretizar as estratégias de desenvolvimento para os seus territórios de intervenção.

Este número do PESSOAS E LUGARES, que resulta de uma parceria entre a Federação Minha Terra e o MONTE-ACE, é focado na cooperação no Alentejo, e em particular no Alentejo Central, e aborda também transversalmente a cooperação como uma ferramenta determinante na forma de “fazer desenvolvimento local”.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 17 . outubro 2014 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Adriel Mendes, José Francisco Ferragoto da Veiga, Luís Cavaco

Fotografias

ADIRN, ADRITEM, ADRUSE, DESTQUE, DRP de Santo Antão, Hugo Silva, J. V. Alfaro (capa), LGR, Marta Alter, MONTE – ACE, QuadPro, Real Companhia do Cacau, Ricardo Perna, RUDE, Vet Sul, Vicentina

Rota: Adega Cooperativa de Borba (Adega Borba), ADL (Academia Sénior de Vendas Novas), Associação Porta do Alentejo, Câmara Municipal de Alandroal (Endovélico), Câmara Municipal de Arraiolos (Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos), Câmara Municipal de Redondo (Museu do Vinho), Centro Ciência Viva de Estremoz (Sistema Solar à Escala de Estremoz), Cevalor – Centro Tecnológico da Pedra Natural (Pedreira), MONTE – ACE (Aldeia da Terra, Centro Voo Livre, Grupo de Cantares)

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



www.minhaterra.pt



Jean-Claude Juncker anunciou os nomes dos novos comissários europeus

Phil Hogan será o Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural

No passado mês de setembro, Jean-Claude Juncker, presidente indigitado da Comissão Europeia, anunciou os nomes dos novos comissários europeus. Phil Hogan, irlandês, de 54 anos, deverá ser o novo Comissário para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, sucedendo ao romeno Dacian Cioloș, que até agora ocupou essa pasta.

Phil Hogan é membro do partido de centro-direita Fine Gael, de que foi líder parlamentar, e participou no governo da Irlanda durante três anos como ministro do Ambiente, das

Comunidades e do Governo Local, cargo que abandonou em julho deste ano.

Algumas organizações ambientalistas e de defesa do desenvolvimento rural manifestaram apreensão com a nomeação, acusando-o de, enquanto ministro, ter assumido posições favoráveis à agricultura intensiva em detrimento do ambiente, não ter considerado as alterações climáticas uma prioridade e ter procurado colocar o LEADER sob a alçada das autoridades locais.

A nova Comissão Europeia será composta por 19 homens e por nove mulheres, três das quais vice-presidentes. Antes da sua nomeação, os 26 comissários terão ainda de passar pelo crivo do Parlamento Europeu e aguardar a sua aprovação.

As audições dos candidatos a comissários decorrem ao longo do mês de outubro. Os candidatos reprovados pelo Parlamento Europeu terão de ser substituídos.

O calendário oficial indica que a nova Comissão será votada no dia 22

de outubro pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo, permitindo assim que Juncker substitua Durão Barroso a 1 de novembro.

Nesta nova Comissão Europeia, Portugal estará representado por Carlos Moedas, que recebeu a pasta da Ciência, Investigação e Inovação. A esta pasta é atribuída uma grande importância para a economia europeia, estando-lhe alocados 80 mil milhões de euros no novo orçamento plurianual 2014-2020.



2015: Ano Europeu para o Desenvolvimento

O Ano Europeu para o Desenvolvimento irá celebrar-se em 2015. A consagração resultou da decisão do Parlamento Europeu, que além de ter definido este Ano Europeu, aprovou também um Relatório acerca do futuro da política de Desenvolvimento da União Europeia.

Este é o primeiro Ano Europeu a ter uma designação relacionada

com um tema de âmbito global, sendo ainda mais significativo por ser igualmente o ano que foi definido em 2000 como meta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Sob o lema “O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro”, a proclamação deste Ano Europeu para o Desenvolvimento tem como

principais objetivos informar os cidadãos europeus sobre a cooperação para o desenvolvimento da UE e dos respetivos Estados-Membros, sublinhando os resultados alcançados a nível mundial; promover a participação direta, o pensamento crítico e o interesse dos cidadãos da União, sobretudo na arquitetura das políticas de cooperação para o desenvolvimento; bem como consciencializar para as mais-valias desta política para a União e promover, junto dos cidadãos europeus, um sentimento comum de responsabilidade, solidariedade e oportunidade num mundo em mutação.

Há Festa na Aldeia



A aldeia de UI, em Oliveira de Azeméis, recebeu – a 13 e 14 de setembro – pelo segundo ano consecutivo o festival de encerramento do Há Festa na Aldeia. Projeto dinamizado pela Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (ADRITEM), em parceria com os municípios, com o apoio da Abordagem LEADER do PRODER e que propõe o envolvimento ativo da população, estimulando as tradições culturais e a gastronomia, criando atratividade para os territórios rurais e dinamizando a economia local.

O Parque Temático Micológico de UI foi o principal palco da Festa, que contou com um intenso programa de atividades, desde caminhadas,

passeios a cavalo e de bicicleta, jogos tradicionais, mercado de produtos regionais, teatro de marionetas, música – com destaque para o concerto dos Karrossel e a atuação de Celi-na da Piedade –, desfile HFA e final do campeonato HFA, à iniciativa “A minha horta é um jardim”.

O encerramento da edição 2014 do Há Festa na Aldeia, que percorreu as aldeias de Vilarinho de S. Roque, Couce, Areja, Porto Carvoeiro e UI (dos municípios de Albergaria-a-Velha, Valongo, Gondomar, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis), entre junho e setembro, ficou marcado pela celebração do protocolo de cooperação entre a ADRITEM e a Associação de Desenvolvimento Rural das

Terras do Sousa (ADER-SOUSA), com vista ao alargamento do projeto, criado em 2013, pela ADRITEM, a “Aldeias de Portugal” localizadas no Vale do Sousa.

Além do “interesse e reconhecimento que este projeto da ADRITEM tem suscitado nos mais variados sectores”, este alargamento do Há Festa na Aldeia “é, sem dúvida, um sinal positivo que coloca em evidência a metodologia eficaz de um dos nossos projetos de grande impacto”, referiu na ocasião o presidente da ADRITEM, Emídio Sousa, salientando que “ao ser replicado o conceito estamos a valorizar território que muitas vezes é esquecido”.

<http://www.hafestanaaldeia.pt>

Bolsa de Terras

sa, e formalização de contratos.

Os proprietários e demais interessados em recorrer à Bolsa de Terras, destinada a “facilitar o acesso à terra, em particular pelos mais jovens”, podem dirigir-se a uma das entidades GeOP ou aceder ao sítio na internet da Bolsa de Terras, que centraliza toda a informação sobre os prédios disponibilizados para arrendamento, venda ou outro tipo de cedência, pelo Estado ou quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Até 15 de setembro, a Bolsa de Terras disponibilizou 303 prédios rústicos para arrendamento e venda, de entidades privadas (185), Estado (29) e outras entidades públicas



(89), totalizando uma área de 14.191,75 ha. Beja é o distrito com o maior número de terras disponíveis (165), que totalizam 2.433,59 ha. Das terras disponibilizadas, mais de metade, 55%, tem aptidão agrícola/regadio. À mesma data,

os dados da Direção-Geral de Desenvolvimento Regional (DGADR) revelam que foram transacionados 25 prédios, representando uma área cedida de 1.209,04 ha.

<http://bolsanacionaldeterras.pt>

A parceria Minha Terra integra já 35 associações de desenvolvimento local associadas, autorizadas para a prática de atos de gestão operacional (GeOP) da Bolsa de Terras.

A entrada da ADDLAP, ADRAT, Beira Douro, Douro Histórico, Dueceira e Rota do Guadiana, no seguimento da aprovação, em agosto, de uma segunda candidatura à Bolsa de Terras, veio reforçar o papel das associações de desenvolvimento local na divulgação e dinamização deste mecanismo

que visa facilitar o encontro entre a oferta e a procura de terras para fins agrícolas, em vigor desde junho de 2013.

Enquanto GeOP, a Minha Terra e as 35 associações de desenvolvimento local associadas, assim como outras mais de 200 organizações, estão autorizadas a prestar esclarecimentos e informações sobre a Bolsa de Terras, a proceder à verificação dos dados dos prédios disponibilizados pelos seus proprietários, ao seu registo e inserção na bol-

Espaço Douro & Tâmega atrai milhares de visitantes

Inaugurado a 3 de julho, o espaço da cooperativa DOLMEN, em Amarante, recebeu mais de 4000 visitantes em apenas dois meses, assumindo-se como um local privilegiado para a promoção do território Douro Verde. Local de excelência na divulgação dos produtos locais e regionais, acolhendo também atividades de cariz cultural, como exposições e concertos, permite aos visitantes e turistas conhecer o melhor que a região tem para oferecer.

Geoparque Terras de Cavaleiros distinguido pela UNESCO

Com esta distinção, o geoparque de Macedo de Cavaleiros, um território com quase 700 km², e “singular património geológico”, passa a integrar a Rede Mundial de Geoparques, criada em 2004 pela UNESCO. A classificação da UNESCO, anunciada no final do Congresso Internacional de Geoparques, realizado de 19 a 22 de setembro, no Canadá, é encarada como uma enorme oportunidade para fomentar o turismo no concelho e promover o desenvolvimento do território.

<http://www.geoparkterrasdecavaleiros.com>

“Terra Viva” regressa à rádio

O programa de rádio dedicado a iniciativas de desenvolvimento local, produzido pela Minha Terra em parceria com a TSF, está de regresso à antena da rádio, desde o dia 22 de setembro, todas as segundas, quartas e sextas-feiras, pelas 8h50, com repetição nos mesmos dias, entre as 17 e as 18h. Esta segunda edição, de 25 programas, que apresenta diferentes iniciativas apoiadas e promovidas pelas associações de desenvolvimento local no nosso país, está disponível no site da TSF.

<http://goo.gl/guvPvH>

A Madeira Rural

A Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) assinalou o 20.º aniversário, a 16 de agosto, com a realização de uma cerimónia, que juntou inúmeras personalidades da região, e onde foi apresentado o livro “A Madeira Rural”. A publicação, comemorativa da efeméride, bilingue (Português/Inglês) revela o trabalho realizado pela associação nos seis concelhos de intervenção, nas áreas ambiental, patrimonial e social. Versão e-book disponível no site da ADRAMA.

<http://www.adrama.pt>

BTN Algarve'14

Três dias, 100 expositores, 180 reuniões de negócios, 3000 visitantes. O balanço da I Bienal de Turismo de Natureza (BTN), realizada em Aljezur, entre 26 e 28 de setembro, orgulha as três associações de desenvolvimento local organizadoras – Vicentina, In Loco e Terras do Baixo Guadiana – e o parceiro transnacional Pelion Development Company (Grécia), que fizeram deste evento “um marco histórico para os territórios de baixa densidade, na sua afirmação enquanto recurso regional e na demonstração de todas as suas potencialidades nas mais variadas vertentes, capazes de diversificar a oferta turística na região e consequentemente, combater a forte sazonalidade da atividade económica de que o Algarve ainda padece”.

A BTNA'14 fica marcada por uma forte adesão institucional, autárquica e empresarial, traduzidas pela centena de expositores (empresários, instituições, produtores e restauração), a realização de 180 reuniões de negócio (B2B), promovidas pela Enterprise European Network, da responsabilidade da CCDR, patrocínio da ATA e em articulação com a RTA, que possibilitaram a empresas da região interagir entre si e com “tour” operadores nacionais e internacionais, no sentido de desenvolver sinergias profícuas, aprofundar conhecimentos e dinamizar negócios, mas também pela presença de muitos convidados, protagonistas de apresentações, palestras e conferências, cuja qualidade

cativaram uma grande assistência.

Especialmente dirigida a profissionais, a BTNA'14 contou ainda com um vasto programa de animação, desde caminhadas e passeios BTT nos percursos da Via Algarviana e da Rota Vicentina, até a passeios com burros e atuações musicais, que reforçaram a visão do território junto dos cerca de 3000 visitantes registados.

A BTNA'14 contou na inauguração com as presenças do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, do Secretário de Estado, Miguel de Castro Neto, do Presidente do Município de Aljezur, José Amarelinho, do Presidente da RTA, Desidério Silva, do



Presidente da CCDR Algarve, David Santos, e dos representantes das três ADL do Algarve, que constituem esta parceria transnacional, no âmbito da cooperação LEADER

do PRODER, juntando ainda entidades de Espanha e Grécia, Aura Fraga, da Vicentina, Nelson Dias, da In Loco, e Ricardo Bernardino, da Terras do Baixo Guadiana.

Universidade de Verão da In Loco

“Participação e inovação – A construção de cidadanias insurgentes” foi o tema da Universidade de Verão, organizada pela Associação In Loco e o Centro de Estudos Sociais de Coimbra, com apoio do Município de Albufeira e da Abordagem LEADER do PRODER, em Albufeira, entre os dias 9 e 12 de setembro.

Dar a conhecer e promover mais aprofundadamente diferentes modelos e movimentos radicados numa perceção de cidadania cooperante

e empenhada na procura de soluções inovadoras para a construção de sociedades mais participativas e democráticas foi o objetivo desta sexta edição, que contou com cerca de 70 participantes, entre técnicos de autarquias, associações de desenvolvimento, investigadores, estudantes e outros interessados.

Segundo o presidente da Associação In Loco, Nelson Dias, o tema desta sexta edição da Universidade de Verão, incidiu sobre a participação e

a inovação social “no sentido das entidades e os cidadãos se organizarem para fazer face a problemas com se confrontam no dia-a-dia, exercendo uma cidadania ativa em colaboração com o estado e não contra o Estado”.

Reunindo conferencistas de renome a nível nacional e internacional, a iniciativa proporcionou a reflexão e o debate de grandes temáticas como os Orçamentos Participativos, com crescente relevância em Portugal, contando com cerca de 12 anos de experiência. Abrindo o programa, o tema foi abordado numa perspetiva internacional, com protagonistas destes processos de mudança na China, Moçambique e EUA (Nova Iorque), e na

perspetiva dos cidadãos e dos técnicos, com relatos de “histórias de vida” e análise das diferentes culturas de participação dos cidadãos e dos impactos psicossociais na comunidade.

A reflexão e o debate foram alargados nos dias seguintes à Construção da Ação Coletiva na Defesa dos Direitos de Cidadania, do ponto de vista da Construção da Ação Coletiva em Sociedades Fragmentadas, Ação Solidária na Resposta a Necessidades, e Ação Política na Defesa de Direitos, e aos Caminhos da Inovação Social e da Sustentabilidade, explorados pelo investigador e professor do ISCTE José Manuel Henriques, e através da apresentação de respostas de vá-

rias instituições (a Oficina Social da Câmara Municipal de Cascais, o Banco de Inovação Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Agência Nacional Intervenção Social, a SAOM e o Coração Delta, do Grupo Nabeiro).

“As invisibilidades da participação e da inovação” foi o tema da mesa-redonda que fechou o programa desta sexta edição da Universidade de Verão, “onde esteve muito presente a necessidade que sentimos de ultrapassar as análises simplistas dos fenómenos sociais e de nos concentrarmos na procura de soluções que contribuam para a construção da ação coletiva nos processos de mudança social”, de acordo com a organização.

“Janelas para a Comunidade”

Projeto artístico comunitário da associação cultural Zunzum, produzido para a ADDLAP e o município de Viseu, “com e nas comunidades”. Baseado nos aspetos culturais e etnográficos das diversas freguesias, motivou o espetáculo multidisciplinar “Histórias e Imaginários em Terras de Silcários”, realizado em igrejas, janelas, pelourinhos e outros espaços da identidade local do território, durante os meses julho, agosto e setembro.

Made In Loco

Envolvida num ambiente de tradição e inovação, a loja da Associação In Loco no Mercado Municipal de São Brás de Alportel reúne um conjunto de produtos de elevada qualidade e cuidadosamente selecionados, das “compotas confeccionadas com todo o rigor e sabedoria ancestrais” ao “mais puro mel” e “tentadoras aguardentes”. De portas abertas desde agosto, reforça o compromisso da associação com o desenvolvimento da região do Algarve e um apelo ao consumo responsável e de proximidade.

“O Amigo Voador”

António e Nonô são as personagens deste conto infantil que protagonizam uma pequena aventura em Salvaterra de Magos, despertando o interesse pela falcoaria e por estas aves protegidas. De autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, com ilustrações de Pedro Rocha e Mello, foi lançado dia 20 de setembro, na Falcoaria Real, em Salvaterra de Magos. A edição, da autarquia local, foi publicada com o apoio da associação Charneca Ribatejana.

Feira Nacional de Doçaria Tradicional

A 13.ª edição do doce certame, que se realiza este ano no Mercado Criativo (antigo mercado diário) no centro histórico de Abrantes, nos dias 24, 25 e 26 de outubro, promete trazer as iguarias portuguesas que lhe dão o nome, licores, mel, compotas e doces de várias regiões do país. Animação musical, workshops, atividades desportivas, exposições e demonstrações culinárias também fazem parte do programa desta mostra de doçaria tradicional, organizada pela associação TAGUS e o município local.

<http://www.tagus-ri.pt>



GAL da Roménia visitam Portugal

A visita, organizada pela Minha Terra, entre 18 a 26 de setembro, proporcionado a uma dezena de dirigentes e técnicos de três Grupos de Ação Local (GAL) da Roménia a oportunidade de conhecer melhor o nosso país, teve por principal objetivo a troca de ideias e experiências para a implementação de estratégias de desenvolvimento das zonas rurais, com vista ao desenvolvimento de futuros projetos de cooperação, fundamentalmente na área do turismo de ar livre.

Seis GAL portugueses (ADIRN, ADRAT, ADRIMAG, Charneca Ribatejana, Corane e Douro Superior) responderam ao apelo para acolherem a delegação romena e partilharem as respetivas experiências, através da apresentação e

debate de ideias de cooperação e da visita a iniciativas apoiadas.

Da visita ao Ribatejo Norte, por exemplo, ficou a pretensão de uma futura cooperação em projetos de promoção de atividades de turismo aventura e de natureza, implementadas pelo GAL ADIRN desde a sua génese.

Os GAL romenos passaram ainda pela capital, onde reuniram com a Federação Minha Terra para um breve ponto de situação da Abordagem LEADER em Portugal e apresentação da experiência de trabalho em rede e interlocução com a administração que a Minha Terra tem priorizado, com enfoque para os desafios que o próximo período de programação coloca à continuidade da experiência LEADER.

GAL acordam cooperação para 2014-2020

Os Grupos de Ação Local (GAL) de Portugal – Corane, Desteque, Douro Superior e Raia Histórica, de Portugal, e de Espanha – Adezos e Poeda – assumiram um compromisso de cooperação, com o objetivo de um melhor aproveitamento dos fundos comunitários no período de programação 2014-2020.

Os seis GAL reuniram em Vila Flor, no passado dia 28 de agosto, numa altura em que ainda não havia um grande conhecimento sobre as oportunidades e regras específicas sobre o novo período de programação de fundos comunitários que vai vigorar até 2020, sucedendo ao atual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

Promover o trabalho em cooperação é o grande objeti-

vo deste acordo entre os seis GAL de Portugal e de Espanha, de “territórios separados por uma fronteira mas com problemas semelhantes” que já identificaram diversas áreas onde “faz todo o sentido trabalhar em rede”, “desde a valorização e promoção de produtos à ação social”, como referiu o presidente da Corane, Artur Nunes.

Do lado de Espanha, Javier Juantes, do GAL Poeda, defendeu que se devem aproveitar os programas específicos destinados precisamente à cooperação transnacional mas, acrescentou, que “é desejável que noutras áreas, mesmo sem os incentivos comunitários, se desenvolvam expedientes em conjunto”.

Duarte Moreno, presidente da Desteque, está convencido que o “espírito colaborativo, a definição de projetos com maior escala e dimensão, podem ser um importante contributo para a resolução de alguns problemas e para o progresso integral do território. Uma posição partilhada pelo gerente do GAL Adezos, Juan Garcia, que “confia na partilha e na permuta de saberes e experiências, como um primeiro passo importante para trabalhar num verdadeiro espírito de cooperação”.

Definir as áreas exatas onde a cooperação é desejável é o próximo passo do grupo de GAL, que tem um segundo encontro agendado para novembro, em Miranda do Douro.

“As Caixas Agrícolas e a Abordagem LEADER”

O seminário, a decorrer em Fátima, dia 17 de outubro, é promovido pela Minha Terra e a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM). Reforçar a cooperação entre as caixas agrícolas e as associações de desenvolvimento local é o objetivo do evento, que contará com as presenças da Ministra da Agricultura, na sessão de abertura, e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, no encerramento.

“Inovação em Portugal Rural. Detetar, Medir e Valorizar”

O livro que dá a conhecer a inovação que é desenvolvida no país rural, desvendando um “rural inesperado” e procurando inspirar os agentes políticos, institucionais, económicos e sociais, bem como a sociedade em geral, e debate associado “Porque nos fazemos os inovadores acreditar no Portugal Rural?”, foi dado a conhecer através de um roteiro de apresentações organizado pela UTAD e a DGADR, no âmbito do projeto RUR@L INOV.

<http://goo.gl/pPfiUC>

ATAHCA comemora 23.º aniversário

A Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave assinalou, a 4 de setembro, os 23 anos dedicados a “uma estratégia de desenvolvimento para a região, centrada na valorização do potencial endógeno local e na mobilização das capacidades inovadoras locais, adaptadas às novas realidades e desafios”. A preservação e valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais, a cooperação e a formação são algumas das áreas de eleição da instituição.

20 Anos ADRIMINHO

Para comemorar 20 anos ao serviço do desenvolvimento rural do Vale do Minho, a ADRIMINHO lançou um livro que dá a conhecer a intervenção da associação no âmbito da Abordagem LEADER e da Medida AGRIS. Apresentada no dia do aniversário (12 de agosto) na Praia Fluvial do Taboão, em Paredes de Coura, a publicação destaca 45 projetos – dos 405 apoiados, entre 1994 e 2014, representando um investimento global de cerca de 30 milhões de euros – “pela sua representatividade territorial e sectorial, importância e efeito demonstrativo”.



Jovens da Serra da Estrela em missão empreendedora

Barcelona e Lisboa acolheram, em setembro, as missões empreendedoras dos alunos e professores vencedores do concurso “Ideias Serra da Estrela”, promovido pela ADRUSE e CIMSE, através do projeto “Educação para o Empreendedorismo”.

Em Barcelona, os alunos do Instituto de Gouveia e da Escola Superior de Turismo e Hotelaria do IPG, em Seia, vencedores do concurso supramunicipal, visitaram a incubadora Barcelona Ativa e outras *startups*, onde tiveram a oportunidade de observar projetos inovadores de gente empreendedora que transforma ideias em sucesso empresarial.

A viagem de quatro dias teve ainda uma “enriquecedora” vertente cultural,

proporcionando a visita a locais emblemáticos da capital da Catalunha, como a Catedral da Sagrada Família ou a Casa de Batló de Gaudi.

A missão empreendedora a Lisboa levou à capital os alunos vencedores do 3.º ciclo do concurso supramunicipal que representaram a Escola Evaristo Nogueira, de S. Romão, no concelho de Seia, e os alunos da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres e da Escola Profissional da Serra da Estrela, vencedores dos concursos de ideias de Fornos de Algodres e de Seia.

A Vodafone Labs Lisboa, a *startup* Tech, a *startup* Comércio e o Tagus Park e a Fundação Champalimaud foram os locais de visita do

intenso programa de três dias, que permitiu o contacto com realidades inovadoras e tecnologicamente pioneiras.

Dar a oportunidade aos jovens da Serra da Estrela de conhecer diferentes realidades empreendedoras e partilhar experiências, conjugando aspetos lúdicos, culturais e pedagógicos, através de visitas a espaços inovadores e locais emblemáticos foi o objetivo destas missões empreendedoras.

Foi o culminar de um projeto que envolveu 681 alunos de 18 escolas (do ensino básico ao superior) e 44 professores, que ao longo de vários meses promoveram as suas capacidades para práticas empreendedoras e espírito de iniciativa, acreditando num futuro na Serra da Estrela.

RU.DE perspectiva futuro para o desenvolvimento rural em Portugal

Identificar os desafios que se colocam ao desenvolvimento rural e as principais linhas orientadoras do programa de desenvolvimento rural 2014-2020 foram os objetivos do debate “Desafios para o Desenvolvimento Rural – Perspetiva 2020”, promovido pela RU.DE – Associação de Desenvolvimento Rural, dia 26 de setembro, no Fundão, e que incluiu a assinatura da Carta de Parceria “Cova da Beira 2020”.

O programa decorreu no auditório de A Moagem – Cidade do Engenho e das Artes, contando com intervenções do presidente da RU.DE, Carlos Pinto, da Gestora do

PRODER, Patrícia Cotrim, do Delegado Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Manuel Serqueira, da presidente da CCDR Centro, Ana Abrunhosa, e do presidente da Câmara Municipal do Fundão, Paulo Fernandes.

Durante a sessão foram ainda entregues os últimos contratos de financiamento aos promotores com projetos aprovados na Abordagem LEADER do PRODER, representando um investimento total na ordem dos 3,5 milhões de euros. A sessão foi precedida por uma visita a projetos apoiados nos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão.

ADRUSE entrega contratos LEADER

Na cerimónia, realizada no CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela, dia 29 de setembro, a associação – com 74 projetos aprovados na Abordagem LEADER do PRODER, que representam 9,3 milhões de euros de investimento total e a criação de 91 postos de trabalho

nos concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia – enalteceu a capacidade de iniciativa dos promotores, bem como as potencialidades existentes nos territórios rurais.

Nas palavras do presidente do Conselho de Administração da ADRUSE, Carlos Filipe

Camelo, “apesar da conjuntura económica desfavorável que marcou este período comunitário”, “sentimos que na região houve dinâmica empresarial e espírito empreendedor”, e “os beneficiários da Abordagem LEADER são o exemplo de quem acredita no interior do país e contribui para o

seu desenvolvimento sustentável.”

Além da prevalência da iniciativa privada, responsável por um investimento de 5,5 milhões de euros e 68 novos postos de trabalho, a ADRUSE sublinha o apoio às entidades do 3.º Sector, nomeadamente IPSS, que permitiu

quer a criação de novas respostas sociais, quer a melhoria dos serviços existentes, referindo também os investimentos realizados ao nível da valorização do património rural, importante fator de identidade e atratividade dos territórios rurais.

Teresa Pinto Correia é professora associada de Geografia na Universidade de Évora e, desde 2012, Presidente do Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM). Também em 2012, assumiu a presidência do IALE-Europe.

A sua investigação privilegia a dinâmica da paisagem agrícola no Mediterrâneo, nomeadamente como esta é afetada pela produção, consumo e proteção, as tensões que se criam nesse território, bem como as sinergias que daí podem brotar.

Considerar as especificidades de cada território

Como analisa as transformações que o espaço rural tem sofrido em Portugal?

Há uma mudança permanente e que nalguns casos é uma espécie de mudança não vista. Em Portugal, atualmente, tal como está acontecer noutras regiões da Europa, há um processo de polarização em curso. Por um lado, regiões que estão claramente a especializar-se na produção agrícola intensiva, competitiva e virada para o mercado global, com transformações significativas na estrutura, tecnologia e no sistema de produção, mas essas regiões perdem as características que o rural tinha tradicionalmente; é como se tivesse lugar uma especialização do

território, que fica como suporte de uma atividade económica – a agricultura – mas perdendo outras valências e com riscos ecológicos elevados.

Depois há muitas outras regiões de Portugal, ocupando vastas áreas, que são as de baixa densidade. São regiões que estão em abandono populacional ou despovoamento, ou seja, as áreas onde a atividade agrícola tem vindo a perder muitíssima importância e também não há outra que a substitua. Mas são áreas necessárias para responder a outro tipo de expectativas que a sociedade tem atualmente, para suportar os bens públicos, desde a conservação da natureza à dos recursos naturais, à caça e ao isolamento. São áreas que

são classificadas muitas vezes com um subentendimento negativo, mas deveríamos encontrar uma visão positiva, uma vez que asseguram alguns destes bens públicos e eventualmente podiam assegurar ainda outros.

Existem ainda aquelas áreas com mudanças que em geral não são vistas, e que vão para além da agricultura, onde temos muitos mais usos, outras procuras, vários tipos de atores. Áreas que são mais multifuncionais, próximas ou não das áreas urbanas, mas sob procura por parte de urbanos, e onde se gera uma nova dinâmica, e novas formas de empreendedorismo em atividades tanto rurais como no próprio setor agrícola. São áreas procuradas

como espaço residencial, mas onde se geram também novas dinâmicas agrícolas, de uma agricultura especializada, mais de nicho, mais preocupada com a qualidade, virada para os circuitos curtos de comercialização ou para mercados especializados. Estas são novas tendências do rural, e é nestas áreas que os valores que tradicionalmente associamos ao rural, de equilíbrio da paisagem, qualidade de vida, relações próximas de vizinhança, comunidades coesas e solidárias, estão a ser preservados ou valorizados. Assiste-se a esta nova polarização em muitas outras áreas da Europa, mas ela toma características específicas no Mediterrâneo, pelas relações tradicionalmente mais

próximas e complexas entre atividade agrícola e família, entre agricultura e comunidade rural, e entre rural e urbano.

E essas atividades de nicho têm possibilidade de ter sustentabilidade ou estamos a falar de locais onde por uma conjugação feliz de fatores isso surgiu, mas de facto não há uma possibilidade de alargar a mais do que aquilo que existe?

Pode ser por circunstâncias especiais de cada área, mas não é limitado. Se pensarmos naquilo que era a mensagem principal quando se começou a pensar na reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para 2014-20, uma das preocupações era a coesão territorial e a preservação da diversidade dos territórios rurais na Europa. Essa preocupação da coesão territorial vem de facto de um reconhecimento do papel territorial da agricultura. Há uma dimensão do território que é fundamental na agricultura. E cada território é um território diferente, cada qual tem especificidades diferentes, e essa diversidade deve ser considerada, respeitada, e aproveitada. Talvez seja a minha formação de geógrafa que me leva a ver a realidade assim: eu não consigo ver a agricultura desligada do território onde ela está.

Há territórios que são mais próximos de áreas urbanas, que são mais acessíveis. E se esses territórios tiverem uma capacidade de diferenciação positiva pela multiplicidade de produções, pela diversidade de atores, pelas ligações a mercados internacionais e locais, essa realidade deve ser reconhecida, e potenciada.

Ou seja, pode ser que não possa ser reproduzida a diversidade de uma área como Montemor-o-Novo, por exemplo, que é o concelho do país que tem o maior número de chefes de exploração com educação superior. Isso tem a ver com várias coisas, mas uma delas seguramente tem a ver com a proximidade a Lisboa e com a atratividade que o concelho tem em termos de paisagem e de qualidade de vida. Essa localização e essas características não as podemos reproduzir em Barrancos ou em Castelo Branco. Mas também, porque é que nós temos de pensar na reprodução? Cada território tem as suas características específicas e deveríamos pensar em aproveitar o melhor de cada um, segundo novos modelos, sem estarmos presos a modelos que já foram ultrapassados pela realidade.

Se os locais onde isso ocorre são uma minoria, então o abandono rural continuará a evoluir. É possível inverter isso?

Não é possível repovoar o país como ele estava nos anos 50 ou 60, antes de começar o grande movimento de migração. Mas também me parece que deveríamos desdramatizar isso. Há áreas de baixa densidade que de facto

“Existem áreas com mudanças que em geral não são vistas, e que vão para além da agricultura. E é nestas áreas que os valores que tradicionalmente associamos ao rural, de equilíbrio da paisagem, qualidade de vida, relações próximas de vizinhança, comunidades coesas e solidárias, estão a ser preservados ou valorizados. Assiste-se a esta nova polarização em muitas outras áreas da Europa, mas ela toma características específicas no Mediterrâneo.”

não são atraentes, são demasiado periféricas, são demasiado longínquas, têm demasiado pouca dinâmica. Mas talvez fosse possível encarar o processo de outra forma e pensar como é que nós valorizamos outros territórios, e como é que conseguimos prender ou atrair alguma população que esteja interessada num território de baixa densidade.

Eu dou aulas de geografia rural a alunos do 2.º ano de geografia, e aí começamos a falar sobre o rural, e o abandono e o envelhecimento aparecem assim como um trauma nacional, mesmo para estes jovens que que em muitos casos vivem em áreas urbanas ou num rural com alguma dinâmica. E há países como a Finlândia, com condições físicas e naturais extremamente agrestes, com um rural remoto de acesso muito limitado, com noite praticamente metade do ano, e que os finlandeses promovem em termos de destino turístico como áreas de *remoteness*. Se quer experimentar o *remoteness* na Europa, vá à Finlândia. Isto é para nós, quase cómico. Ou os noruegueses com os seu orgulho extremo em toda a natureza nas montanhas da Noruega, onde só vivem umas famílias isoladas. Estes países têm a arte ou o engenho de perceber daquilo que têm, o que é que é valorizável, e apreciá-lo.

Em Portugal, algumas regiões rurais têm potencial para a caça, o que é aproveitado localmente mas pouco referido em termos de política nacional.



A caça pode não dar o mesmo tipo de rendimento que um uso agrícola, mas se a vocação daquele território pode ser aquela, que se conjuga com proteção da natureza, porque não valorizar e enriquecer isso?

Deveríamos aceitar que territórios diferentes têm vocações diferentes e que, em cada um, a agricultura terá um papel diferente. Nalguns casos podemos ter uma agricultura muito dinâmica, produtiva, virada para os mercados, noutros casos a única agricultura que faz sentido é uma agricultura de subsistência para quem lá está, noutros poderá ser uma agricultura de nicho e circuitos curtos.

Quando fala da ausência de estratégia para o território referimo-nos às políticas nacionais, mas também às europeias. Qual é o impacto das decisões de política nos territórios rurais, e em particular as opções nacionais que agora se tomaram para 2014-2020?

Em concreto, as questões da PAC. Uma das questões principais, que me parece que é uma questão problemática em Portugal e que se arrasta há muito tempo, é que nós não temos uma política nacional nem para a agricultura nem para os territórios rurais. Seguimos a política europeia, e vamos adaptando o que nos pedem, mas não existe de facto uma política e uma estratégia nacional.

Ou seja, adaptamos a realidade nacional à formatação da política europeia...

Sim. E criámos vícios nos últimos anos.

Neste quadro que está em vigor, na sua preparação, começou-se com uma tentativa de reforma que era muito mais abrangente, com mais preocupações ambientais, territoriais, e que não foi possível levar em frente por resistências e *lobbyings* vários. Mas acabou por se criar uma política que se torna imprecisa, uma vez que dá uma grande mobilidade aos Estados-Membros para adaptarem as políticas às suas próprias necessidades e o que acaba por resultar é um *pot-pourri* de diferentes visões e orientações.

E o julgo que aconteceu a Portugal foi que, tendo falta dessa estratégia a nível nacional, se continuou na mesma linha que anteriormente, de uma política de apoio ao rendimento dos produtores. Em determinadas, áreas sem o apoio da PAC a agricultura eventualmente não seria viável, mas esta continua a ser uma política de apoio ao rendimento dos agentes individualmente e não uma política de desenvolvimento, como devia ser a política agrícola portuguesa, que adaptasse aos seus desígnios, o financiamento europeu. E esta política agrícola portuguesa não deveria ser uma política para os agricultores só, devia ser uma política que servisse o país e que servisse o

território rural, que fosse uma política de desenvolvimento do território.

O desafio da produção ou da segurança alimentar estava, no início da discussão sobre a reforma da PAC, exatamente ao mesmo nível do desafio ambiental e da mudança climática, bem como do desafio da coesão territorial e da diversidade dos territórios rurais. E estes dois últimos estão obviamente preteridos em relação aos primeiros. Desaproveitámos mais uma oportunidade, neste quadro comunitário de apoio, de ter uma política de facto, uma estratégia territorial para a agricultura, para o território rural em Portugal.

por via disso, as discussões que se foram tendo foram sobre os cenários de aplicação do primeiro pilar e não sobre aquilo que eventualmente teria mais margem de manobra, que era o segundo pilar, o desenvolvimento rural, e aquilo podia ser uma estratégia e uma política agrícola nacional.

Uma das questões de base na constituição deste grupo foi a da utilização do conhecimento: como é que o conhecimento e a investigação podiam apoiar a tomada de decisão. E o reconhecimento de que a produção de conhecimento científico aplicado às questões da agricultura e à dinâmica do espaço rural é necessário. Mas esse é um drama. Digo

metodológicas complexas, é clara para a investigação. Não podemos ajudar a gerir de forma integrada o montado, se temos uma política para a produção de carne, outra para manter pastagens, outra para a protecção das árvores, outra para os interesses de conservação da natureza...

Mas percebemos que é difícil essa política integrada, porque as políticas são feitas para setores que estão divididos, através de negociações com parceiros diferentes, e não há tradição de integração. Há uma lógica da formatação das políticas que é própria, e que pode estar dissociada da lógica da realidade, e que do lado

da investigação, podemos procurar seguir. Eu estou a dizer isto porque, mesmo pensando que os peritos tenham sido ouvidos, a lógica do Ministério e a lógica da gestão da política continuou a ser a mesma, numa espécie de dependência dessa formatação. Podíamos ter discussões muito interessantes, perceber o que deveria tentar mudar, mas o motor de construção da política continuava dentro do Ministério independentemente daquilo que o grupo podia estar a fazer. Portanto, é como se tivéssemos sido desaproveitados.

Isso significa que há necessidade de apostar mais na investigação aplicada para avaliar e preparar políticas, e que não é essa a investigação que geralmente é feita nas universidades?

Sim, sem dúvida. Isso é um problema gravíssimo em termos nacionais. Deveríamos valorizar e acarinhar muito mais a investigação aplicada. Porque ela é estratégica e faz falta. Mas não precisa de depender só do setor público, pode ser também financiada por privados. Como em alguns países. A Dinamarca, por exemplo, com uma agricultura extremamente competitiva, focada e de objetivos muito precisos, tem uma instituição de investigação financiada pelo próprio setor, pelas organizações do setor, associações, cooperativas, grandes empresas, a funcionar desde os anos 1960. E que tem vindo a crescer, faz investigação aplicada nas questões que se levantam na prática, está em ligação com as universidades e vai procurando responder às perguntas tanto tecnológicas como de inovação social, de empreendedorismo, de ligação aos mercados, de redes. Vai produzindo a investigação que o setor necessita.

Deixe-me fazer aqui um salto para as realidades mais locais, porque temos falado de questões mais globais, e perguntar-lhe que papel podem desempenhar os atores locais no desenvolvimento dos seus territórios?

Os atores locais são fundamentais. Eu acredito que o desenvolvimento só se pode fazer pela perspectiva de cada território, aceitando a diferenciação de cada território. Não pode ser com medidas horizontais, para o desenvolvimento rural, para a atividade agrícola, para redução do desemprego ou para o apoio ao turismo, para todo o país, considerando que cada território irá aproveitar o que e como puder. Deveriam considerar cada realidade específica, cada território e perceber quais são as potencialidades, quais são as dificuldades desse território e como melhor o podemos gerir. E, para isso, é imprescindível mobilizar os atores locais.

Mas os níveis de decisão não são todos locais, e assim há vários níveis de governança que têm que ser



A sua participação no grupo de peritos que aconselhou o Ministério da Agricultura relativamente à PAC pós-2013 permitiu-lhe ter uma visão privilegiada sobre o processo de construção da política nacional. Sentiu que havia uma integração da visão dos especialistas e do conhecimento científico na construção da programação?

Essa é uma pergunta difícil, porque para mim, e julgo que para os outros membros deste grupo, esta participação nesse grupo foi um processo muito útil, de aprendizagem. Eu aprendi muitíssimo. Por outro lado, quando entrei para o grupo, com o anterior ministro, foi na expectativa de podermos contribuir para aquilo que seriam as componentes mais nacionais de construção da política, no âmbito da política de desenvolvimento rural. Mas, de facto, a grande preocupação e aquilo que se discutiu mais no grupo foi a distribuição dos pagamentos do primeiro pilar.

Julgo que isso tem a ver com a orientação que tem a aplicação da PAC em Portugal, ou seja, com a preocupação de ajuda ao rendimento e manutenção de cada exploração por si, e não com a preocupação do território rural e da perspectiva do desenvolvimento que a política agrícola podia ter. Portanto,

isto como resultado de uma reflexão que tenho feito, e que temos feito em conjunto no centro de investigação em que trabalho, o ICAAM. A nossa investigação não é financiada pelo setor agrícola, mas pelo setor da ciência. E o setor da investigação e da ciência não está minimamente preocupado com o setor agrícola, mas sim com a investigação, com a sua produtividade e excelência. Ou seja, mesmo quando se pretende fazer investigação aplicada, há uma dissociação progressiva entre este conhecimento obtido através da investigação, que se rege pelas suas regras próprias, e os processos de tomada de decisão política. Assim, aquilo que é o nosso conhecimento, de quem faz investigação, tem dificuldade em ser integrado dentro dos mecanismos do Ministério da Agricultura.

No grupo foram muito discutidos os apoios do primeiro pilar, e foi repetidamente levantada a questão dos apoios ligados à produção pecuária e o impacto que estes apoios estavam a ter na degradação do montado. Foi levantada a possibilidade de construir um mecanismo de apoio que considerasse o montado como um sistema, e não separadamente a produção pecuária, a cortiça, a manutenção das árvores, as pastagens. Essa seria uma visão sistémica que, embora levante questões

“Desaproveitámos mais uma oportunidade, neste quadro comunitário de apoio, de ter uma política de facto, uma estratégia territorial para a agricultura, para o território rural em Portugal.”

mobilizados. Ou seja, para que estes atores tenham um papel ativo, tem que ser criado espaço para isso, ou a necessária flexibilidade, a outros níveis.

Por outro lado, a diversidade dos chamados atores locais é imensa. Muitas vezes não são considerados como atores locais pessoas que atualmente se integram no rural mas que vêm de fora, uma vez que só se olha para os que sempre ali estiveram. Mas as pessoas que se encontram no rural, tal como no espaço urbano, podem ser pessoas que circulam, que podem estar ali temporariamente, mas que criam dinâmicas, tomam iniciativas, que valorizam e procuram relações de proximidade, mas têm capacidade de ligação a mercados, de ligação ao conhecimento e ligação a projetos inovadores, numa perspetiva que é também global. E este é um enorme potencial que deveria ser reconhecido e aproveitado.

É possível, dada a sua diversidade, conciliar interesses para desenvolver processos de cooperação entre os novos atores, os atores mais antigos, os atores públicos e os atores privados?

Sim. É preciso haver alguém que seja o motor, e que seja perseverante, é preciso haver ideias inovadoras e que as instituições existentes deem algum apoio. Para isso tem de haver maior flexibilidade na tomada de decisões, de quem pode promover um projeto de desenvolvimento rural, de que iniciativas são acarinhadas, de tornar por exemplo os processos da Agenda 21 mais inclusivos. Falta pensar de uma forma diferente, que todos nós deixemos de estar presos à forma de funcionamento que já conhecemos, e que aceitemos a contribuição de outros que não estamos habituados a considerar. Para isso é preciso muito mais imaginação, criatividade e uma certa descontração, para perder o medo de que possa não resultar, uma vez que em qualquer processo experimental, pode haver sucessos e falhas. Uma colaboração pode não resultar hoje, mas com ela todos aprenderam qualquer coisa, e a próxima talvez já resulte melhor, e assim se vai fazendo um novo caminho.

Por outro lado, hoje em dia a complexidade no rural é tanta e há tantos aspetos, tantas dimensões em mudança, que para a mudança, é muito difícil equacionar todos ao mesmo tempo, mobilizar vários campos de política: a política agrícola, a política ambiental, políticas sociais, a política territorial, etc.

Assim será muito mais fácil encontrar soluções alternativas, e novas formas de colaboração, entre atores diferentes, se começarmos a pensar mais em casos piloto, em experiências, em criar territórios de experimentação. Mesmo que estas experiências sejam pequenas, são exemplos que permitem perceber o que é possível ou não, permitem a dita aprendizagem partilhada

e criar bases para outras experiências semelhantes. A colaboração, entre atores diferentes, em redes é possível e pode mover muitíssimo. Mas tem que se criar espaço para ela.

Conhece exemplos concretos, ainda que não tenham esse grau de estruturação, mas que de forma embrionária estejam a funcionar?

Sim, conheço um exemplo em França, da cidade de Rennes, que está localizada numa região de agricultura muito intensiva. O que se está a fazer é criar uma ligação muito próxima da cidade de Rennes com a agricultura da região. Criar uma espécie de bacia de produção agrícola para a cidade, criar circuitos de proximidade, e contribuir para a suficiência alimentar da cidade, pela produção regional.

Com isso pretende-se conseguir diversificar a agricultura, valorizar diferentes formas de produção assegurando o seu escoamento próximo, e por outro lado criar mais conhecimento dentro da população urbana sobre a sua alimentação, a qualidade da mesma, e ao mesmo tempo mais interesse e mais conhecimento da área rural que circunda a cidade. E as iniciativas, que agora abrangem o poder local, as associações de agricultura, etc., começaram com a intervenção e ideias não de produtores ou dos técnicos locais, mas de investigadores da Universidade de Rennes, que tiveram as ideias, começaram a mobilizar as pessoas, e se mantêm ainda hoje ligados ao processo, o apoiam, e o estudam.

Pensando numa realidade portuguesa, no Alentejo ou noutra região. Que atores é que poderiam mobilizar-se para processos de cooperação e em torno de que temas é que poderia fazer sentido?

Eu vou dar dois exemplos: um que conheço mas no qual não estou envolvida e outro em que estou envolvida e de que gostaria muito de falar. O primeiro é um exemplo que envolveu tanto atores da administração local, como de uma associação de desenvolvimento local, e produtores. Tem a ver com a valorização dos sistemas tradicionais, com o aproveitamento dos recursos silvestres na agricultura mais extensiva no sul do Alentejo e instalação de novos produtores, seja para produção de cogumelos, ervas aromáticas ou mel.

O que têm feito é tentar ligar a produção agrícola tradicional a novos mercados, mercados europeus, e fazer a exportação direta dos produtos, valorizando a mais-valia dos produtos, como o serem biológicos e serem de qualidade. E assim tem sido possível manter atividade agrícola em áreas em risco de abandono ou gerar mesmo a instalação de novos produtores.

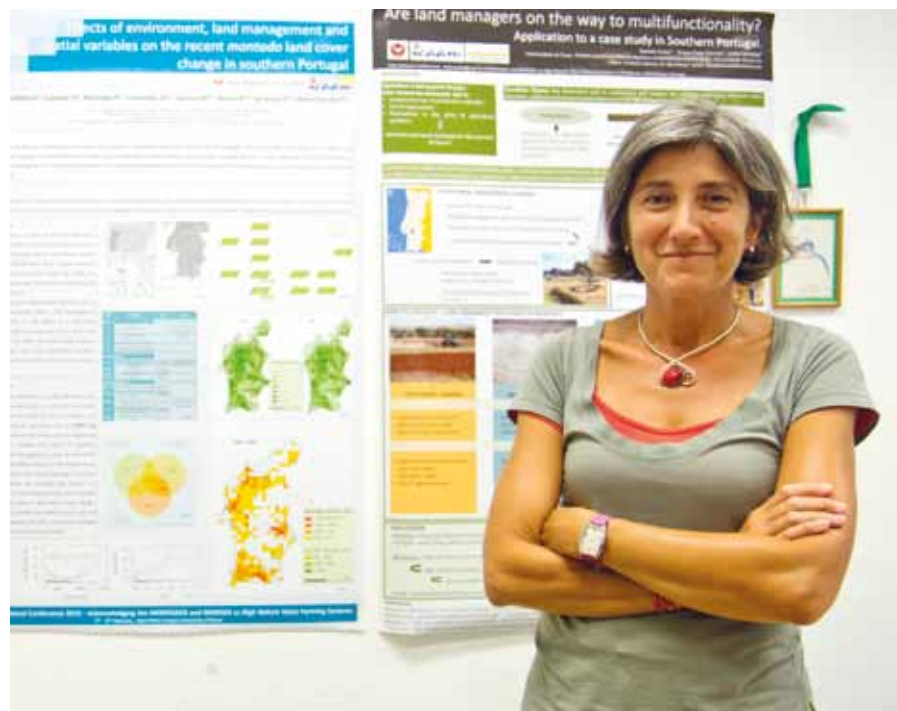
Mas tenho um outro exemplo que me é mais próximo, do envolvimento dos cidadãos na valorização da

“É preciso haver ideias inovadoras e que as instituições existentes deem algum apoio. Para isso tem de haver maior flexibilidade na tomada de decisões.”

e qualidade dos produtos locais. A esta ideia já aderiram alguns restaurantes, a Câmara vai promover a sopa Quilómetro Zero no Festival das Sopas em novembro e, eventualmente, uma ementa Quilómetro Zero nas cantinas escolares.

Que ecossistema particular é esse em Montemor-o-Novo que facilitou a mobilização dos cidadãos? Isso foge à norma. A norma é um certo distanciamento dos cidadãos.

Eu acho que isso não é tanto assim. O que acontece é que a mobilização que pode existir dos cidadãos, não é visível, não há canais para que ela possa



agricultura local e das cadeias de proximidade, no concelho de Montemor-o-Novo. A iniciativa é da Rede de Cidadania, uma rede informal, que se formou há quatro anos, a pretexto das discussões da Agenda 21. O objetivo principal é contribuir para a sustentabilidade local, ou seja, que cada um dê o seu contributo, o que puder e como puder, em ações locais, que contribuam para uma maior sustentabilidade da comunidade local. Um dos projetos que temos dinamizado, em colaboração com a Câmara, e que foi escolhido como um dos projetos dentro da Agenda 21 local, pretende aumentar a soberania alimentar. De forma a apoiar e mesmo aumentar a produção local, procura-se dinamizar o consumo de produtos locais. E isto concretamente através da campanha de consumo de produtos ou alimentos dos *Quilómetro Zero*. O conceito Quilómetro Zero aplica-se a alimentos produzidos, transformados e consumidos localmente, e assim sem pegada ecológica, e pretende divulgar de forma apelativa esta ideia. Promovendo o consumo também se promove a produção, cria-se dinâmica na produção local, sobretudo em pequenas propriedades que não conseguem escoar no mercado global mas que têm capacidade de produção, mantendo a especificidade

ser vista, porque não se lhe dá valor. Se formos ver pelo país fora, há muitas iniciativas de cidadãos que organizam e participam ativamente em associações, mercados temáticos, eventos, ajudas mútuas, circuitos curtos de comercialização, etc. Estas iniciativas são uma espécie de efervescência, que por vezes tem dificuldade em ser consequente ou ter continuidade, mas que poderia ser aproveitada como motor de novas dinâmicas do rural, e que poderia ter continuidade, se fosse muito mais valorizada, acarinhada, apoiada pelas instituições existentes. As pessoas em Portugal, no espaço rural como no resto do país, podem não ter capacidade de organização, mas têm capacidade de entusiasmo e de envolvimento, se perceberem que é por uma causa que lhes interessa, e que o seu esforço pode dar resultados.



Cooperação e Participação: o sucesso para o desenvolvimento nos territórios rurais

O MONTE assume como visão, para o período de 2014-2020, a de contribuir para melhorar a qualidade de vida, material e imaterial, das comunidades rurais e reforçar a articulação entre os agentes e organizações na consolidação de um compromisso para o desenvolvimento sustentável. Este compromisso foi reforçado e firmado no início do ano de 2014 pela Direção e Equipa Técnica do MONTE, e caracteriza aquela que é a natureza da organização, ou seja, o seu ADN: uma entidade com a sua intervenção focada no território e em articulação com os agentes aí presentes.

Ao longo dos últimos 18 anos foram muitas as experiências protagonizadas pelo MONTE, em áreas diferentes e complementares, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e crescimento dos territórios rurais. Nesta diversidade estão incluídas áreas como o apoio ao investimento empresarial, a capacitação de população ativa, o apoio ao emprego e empreendedorismo juvenil, a animação e a inovação social. O elemento comum nestes diferentes campos de intervenção do MONTE é a metodologia utilizada para a ação, que tem por base a identificação dos indivíduos e organizações

presentes no território, com competências únicas para em conjunto desenhar propostas de intervenção capazes de responder aos problemas existentes, tendo em conta as condições e recursos locais disponíveis para a resolução sustentada dessas fragilidades.

A Cooperação faz parte do *modus operandi* do MONTE, sendo entendida como uma forma de partilha de conhecimentos e recursos, que permite a cada uma das partes envolvidas (pessoas, organizações) ganhar escala e atingir aquele que é o seu objetivo comum. A constituição do MONTE, por cinco Associações de Desenvolvimento Local (ADL), é exemplo desta forma de Cooperação que apresentamos e que nos caracteriza. Cada uma destas cinco ADL apresenta um perfil único, áreas de intervenção próprias e um território de atuação específico, que constituem uma mais-valia numa intervenção em cooperação. Recentemente, o MONTE assinou um Acordo de Parceria Territorial com 35 entidades da região Alentejo Central que reforça e alarga a participação destas organizações na implementação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial – Alentejo Central (2014-2020).

A Cooperação deve também ser entendida como um instrumento importante para potenciar a inovação e o conhecimento sobre experiências diferentes, possíveis de transpor e partilhar entre territórios, na medida em que existem boas práticas já testadas e utilizadas por agentes de um determinado território, e cujo conhecimento, experimentação e disseminação em iniciativas de cooperação poderá tornar-se num fator de desenvolvimento único noutros contextos territoriais. É neste sentido que o MONTE privilegia desde sempre como uma das suas áreas prioritárias de atuação a cooperação entre territórios, quer ao nível nacional, quer transnacional.

A Cooperação para o Desenvolvimento é uma área que foi progressivamente consolidada ao longo dos últimos 10 anos de atividade do MONTE. Focada num apoio especificamente destinado aos países mais pobres, em particular aos países da CPLP, e como um contributo para a redução das diferenças e desequilíbrios entre os povos, é outra das componentes da ação do MONTE. A intervenção do MONTE também neste domínio é centrada na aplicação daquelas que são as suas

“Cooperação consiste na partilha de recursos e conhecimentos complementares de forma organizada, tirando partido da força das partes para ganhar escala na prossecução de um objetivo comum.”

Definição de Cooperação; resultado da Oficina Temática Empreendedorismo e Trabalho em Rede, MONTE-ACE (junho de 2014)

áreas de competência de excelência: a mobilização de agentes e organizações de um território, o desenvolvimento de iniciativas em parceria com as populações e organizações locais, a construção de respostas para os problemas de forma participada e que contribuam



Sociedade civil em cooperação

Ao contrário da imagem muito popularizada de que no Alentejo nada se passa, nada acontece, em muitos locais do Alentejo a sociedade civil evidencia uma grande dinâmica, criando projetos inovadores em que a cooperação e a criação de redes têm um importante papel na concretização dos objetivos de cada projeto.

Em Montemor-o-Novo, um grupo de cidadão juntou-se com o objetivo de chamar a população à participação, dinamizar a consciência coletiva para as questões da sustentabilidade, formular propostas concretas e desenvolver ações para a sua implementação. Contando com o interesse e responsabilidade de cada um, este grupo de cidadãos, que se designou de Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, pretende dar o seu contributo para iniciar um novo ciclo de cidadania no seu concelho.

Desde a primeira reunião, em 2010, a Rede desenvolveu numerosas iniciativas, de âmbito eminentemente local e regional, sempre orientadas para a procura de novos paradigmas no campo económico, social, cultural e ambiental que possibilitem a construção de um futuro sustentável e de maior proximidade entre as pessoas. Entre elas, encontramos a dinamização do Mercado Municipal, a criação de uma bolsa de terras local para a plantação de hortas, a promoção dos produtos

Quilómetro Zero, a realização de exposições de fotografia ou a criação de uma moeda local. Mas muitos outros projetos se encontram em preparação, até porque nesta Rede qualquer pessoa pode sugerir um tema ao grupo coordenador e constituir um grupo de trabalho.

Sem financiamento e com todo o trabalho realizado voluntariamente, o grupo de cidadãos estabelece colaborações com outras instituições para viabilizar os seus projetos, que estão a dinamizar o território e a criar uma nova cultura de cidadania.

Empresas Cooperam

No mesmo concelho, em 2008, a Herdade do Freixo do Meio, reconhecida pelas suas práticas agrícolas sustentáveis e importante exemplo de educação ambiental e conservação da natureza, abriu as suas portas a outros microprojetos autónomos mas complementares das atividades principais desenvolvidas na herdade. Foi então criado o projeto Viveiro Freixo do Meio, no âmbito do qual existem atualmente nove projetos autónomos instalados na herdade, em áreas como o artesanato, a produção de plantas medicinais, as animações pedagógicas, a produção de frangos e ovos biológicos de raças autóctones

portuguesas, a produção agrícola em regime de permacultura ou a investigação científica.

A Herdade do Freixo do Meio pretende realizar uma atuação adequada à situação económica e social atual, aproveitando potenciais existentes e fortalecendo o projeto no todo, gerando assim benefícios múltiplos, para os microprojetos que se instalam e para o próprio projeto global desenvolvido pela herdade.

Não muito longe, no Vimieiro, situa-se uma empresa privada, a CactusExtractus, que se dedica à produção de polpa e óleo de figo da Índia. Tendo iniciado a atividade em 2010 com uma plantação de figos da Índia, dois anos depois começou a implementar um projeto de produção de óleo das sementes da planta.

A criação do negócio de produção do óleo revelou a necessidade de incentivar e organizar a produção desta planta e de criar as condições adequadas para a sua transformação. Começou também a sentir-se a necessidade de organizar núcleos de produtores de forma a otimizar os investimentos necessários à condução deste tipo de explorações, nomeadamente, as máquinas de limpar os picos e a capacidade de armazenamento da fruta em frio e, posteriormente, o transporte para os compradores.

Estas necessidades levaram à criação da fileira do figo da Índia, envolvendo produtores e transformadores, permitindo aos seus membros criar sinergias, partilhar recursos e ganhar uma escala que facilita o acesso aos mercados internacionais.

Tal como no Alentejo, um pouco por todo o país há exemplos semelhantes. Por vezes não têm a visibilidade que merecem, mas são a demonstração de que há nos territórios rurais capacidade de iniciativa e organização que põe as pessoas e as organizações em ação, mobiliza a cooperação e gera benefícios para todas as partes.

para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A cooperação é para o MONTE a forma de operacionalização da sua ação, em diferentes contextos, com organizações e públicos diferentes, com o objetivo final de contribuir para o desenvolvimento e o crescimento dos territórios e comunidades rurais.

Se a cooperação não significasse em si mesma um processo enriquecedor e de desenvolvimento, suficientemente importante para constituir matéria editorial do PESSOAS E LUGARES, os argumentos anteriores seriam os bastantes e suficientes para justificar a escolha do MONTE para o tema central deste número do jornal. A esta escolha também esteve presente uma leitura e perspetiva próprias da organização MONTE sobre o território do Alentejo Central. Um olhar sobre os protagonistas e agentes e a sua forma de intervenção, e respetivas perspetivas e estratégias. Não temos muitas dúvidas em afirmar que se trata de uma região cuja visão está alicerçada na cooperação. Disso dão conta as instituições, os protagonistas e os agentes que aceitaram colaborar nesta edição do PESSOAS E LUGARES. A rota de cooperação que apresentamos tem o sabor da descoberta e fruição do território. Tem ainda a vantagem de se centrar na iniciativa dos agentes que baseados em parcerias ilustram a inovação nos territórios rurais, na reinvenção da oferta, na reinterpretção dos valores patrimoniais do Alentejo Central.

Cooperação: o seu significado, como há anos apresentávamos em edição anterior, é aquele que resulta de um somatório maior que as partes. Apreendemos a cooperar. Hoje o MONTE é maior.





FASA: uma experiência para o desenvolvimento rural na Guiné-Bissau

O MONTE Guiné-Bissau, no quadro do Projeto Gestão sustentável dos recursos florestais do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (GSRF-PNTC), implementou, juntamente com a ONG AD – Ação para o Desenvolvimento, o FASA – Fundo de Apoio a Atividades Alternativas Geradoras de Rendimento. Esta iniciativa visa contribuir para um processo de desenvolvimento económico, social e ambiental liderado pelas comunidades da área do PNTC e zona de influência, que promova a diminuição dos índices de pobreza e exclusão social através da introdução e consolidação de atividades geradoras de rendimento que promovam a boa gestão dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade. Este fundo apresenta cinco eixos prioritários: Atividades geradoras de rendimento ligadas à produção, transformação e comercialização de produtos florestais não-lenhosos; Desenvolvimento agrícola; Atividades de apoio à promoção do Ecoturismo; Infraestruturas e Promoção de serviços (social, educacional, água e saúde); Reforço de capacidades; Atividades de

conservação e restauração dos ecossistemas naturais.

A receção de candidaturas decorreu de 22 de julho a 20 de agosto e resultou em 114 ideias de projetos submetidos. As propostas selecionadas serão trabalhadas num plano de ação, com a duração de um ano e com assistência técnica da MONTE e da AD. O fundo disponível corresponde a um montante de 200.000 euros, sendo a comparticipação por projeto até 10.000 euros.

O Projeto GSRF-PNTC pretende contribuir para a diminuição do processo de degradação das florestas sub-húmidas que se verifica na Guiné-Bissau. É um projeto financiado pela União Europeia e pelo Instituto Camões, em parceria com o Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas (IBAP) e AD – Ação para o desenvolvimento. O presente projeto atua essencialmente em quatro eixos, o reforço de institucional do IBAP para a gestão do PNTC, a promoção de boas práticas florestais junto da população, promoção de atividades de valorização dos recursos florestais (não-lenhosos) e a educação ambiental.



MONTE promove *workshop* para reforço da participação pública e do exercício da cidadania, nos territórios rurais, em janeiro de 2015

O MONTE integra a parceria do projeto “Formar Agentes de mudança para uma Cidadania Rural” – Programa de Qualificação para Áreas Rurais na Europa (QuaPro)”, que tem por objetivo desenvolver, testar e disseminar um Curso de Capacitação para a promoção de uma cidadania activa, nos territórios rurais. É financiado pela Comissão Europeia, Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

O QuaPro iniciou as atividades em janeiro de 2013. Até junho de 2015, as oito organizações que integram a Parceria – da Bulgária, República Checa, Estónia, Alemanha e Portugal – vão trabalhar em conjunto para promover a participação dos cidadãos e a participação cívica em territórios rurais da Europa. O projeto tem como público-alvo funcionários públicos, autarcas e cidadãos ativos de pequenos municípios em áreas rurais, e pretende desenvolver um conceito de formação para os cidadãos e representantes da política e da administração pública que permita a esses grupos de atores aprender uns com os outros e melhorar as suas competências nas

áreas de participação política e envolvimento cívico. Mais informação disponível no site do projeto.

www.quapro.eu

A 19 de setembro de 2014, o MONTE participou num *workshop* em Praga onde a parceria se propôs discutir quais os conteúdos e a forma para a transferibilidade dos resultados já alcançados com o teste do curso “Agentes de mudança para uma Cidadania Rural” realizado em três países, Alemanha, República Checa e Bulgária.

Em janeiro de 2015, o MONTE acolhe no seu território, um dos *workshops* de disseminação do curso que irá contemplar especificidades tendo em conta a particularidade local e dos públicos a envolver. Ao longo dos últimos dois meses de 2014 o MONTE irá divulgar junto dos seus vários parceiros na região Alentejo, o curso e o seu conceito com o objetivo de recolher inscrições para a participação no *workshop*. A atualização desta informação estará disponível no site do MONTE.

www.monte-ace.pt



Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável

Seminário Internacional em Santo Antão, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto Novo, a 27 e 28 de novembro de 2014

O Balói d'Horta é um projeto que visa aumentar o rendimento dos pequenos agricultores da Ilha de Santo Antão. Em desenvolvimento desde 2012, o projeto tem possibilitado o aumento do consumo de hortofrutícolas de Santo Antão, reforçou as capacidades técnicas dos agricultores, estimula a organização coletiva dos produtores e promove a comercialização direta dos Baloi de Horta, reforçando o combate de luta contra a pobreza.

Inserido no Balói d'Horta e com o objetivo de celebrar o Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, o MONTE vai realizar, em parceria com a Comissão Regional de Parceiros de

Santo Antão, o Seminário Internacional "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável", que tem por objetivos :

1. Valorizar a importância da agricultura familiar no combate à fome e à pobreza, como reforço da segurança alimentar e nutricional, da diversificação da dieta alimentar, a nível mundial, no ano em que se assinala internacionalmente o papel estratégico dos agricultores familiares no desenvolvimento agrícola e rural;
2. Aumentar a visibilidade da agricultura familiar e o seu papel para a melhoria da gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambien-

te para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais;

3. Fomentar o diálogo sobre políticas entre especialistas da área da agricultura e desenvolvimento rural, das Organizações da Sociedade Civil, Autoridades Locais, e entidades financiadoras, para a definição de perspectivas e de soluções concretas para o desenvolvimento sustentável.

Para mais informações e inscrições:

<http://goo.gl/9AN5JU>

O Balói d'Horta é um projeto financiado pela União Europeia e pelo Instituto Camões.

Projecto Balói D'Horta distinguido com Prémio Dryland Champions

O projeto Balói D'Horta, promovido pelo MONTE, na ilha de Santo Antão em Cabo Verde, recebeu a distinção Dryland Champions 2014, uma competição internacional lançada pela Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação. A cerimónia teve lugar no dia 17 de junho, no Centro de Convívio de Palácios, em Bragança. Saiba mais sobre a Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação em:

<http://goo.gl/RsxY1R>

Acompanhe o Balói D'Horta no Facebook.

<http://goo.gl/8PA07s>



New Deal for Youth Employment: Uma proposta para jovens agricultores

O projeto A New Deal for Youth Employment insere-se no Programa de Cidadania Ativa do EEAGRANTS, e consiste na nova intervenção do MONTE para a empregabilidade e inclusão de jovens, reforço de competências e incentivo à criação de emprego na área agrícola, nomeadamente no agroalimentar, na região do Alentejo Central.

O projeto decorre de outubro de 2014 a março de 2016, em parceria com o ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, da Universidade de Évora, o IEFP – Delegação Regional do Alentejo e com a AJASUL – Associação dos Jovens Agricultores do Sul.

É um projeto inovador, centrado em ações de capacitação para os jovens e em momentos de reflexão para a promoção da empregabilidade, onde atores e entidades do território têm um papel determinante. Entre as atividades do projeto destacam-se os *workshops* temáticos, com apresentação de propostas para a empregabilidade e inclusão dos jovens na área do agroalimentar, a criação da bolsa de ideias, a constituição do Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo Agrícola e, ainda, o guia para a instalação de novos produtores e empresários no setor.

Cooperação LEADER: ferramenta para o desenvolvimento rural integrado

Logo no início do Programa LEADER, no despontar dos anos 1990, reconheceu-se que o trabalho de promoção do desenvolvimento rural integrado através de uma abordagem *bottom-up*, mobilizando as comunidades locais para o desenvolvimento do seu território, muito teria a ganhar com o trabalho conjunto e a partilha entre pessoas e entidades de diferentes territórios rurais.

Esse reconhecimento levou a Comissão Europeia a criar no LEADER II um instrumento, a Cooperação LEADER, especificamente destinado a apoiar a cooperação entre Grupos de Ação Local (GAL) de diferentes territórios rurais, tanto dentro de um mesmo Estado-Membro (interterritorial) como de diferentes países (transnacional), podendo mesmo incluir, a partir do LEADER+, territórios e organizações de países extracomunitários.

A Cooperação LEADER foi-se progressivamente assumindo como uma componente cada vez mais relevante nas Estratégias de Desenvolvimento Local, concebidas e implementadas pelos GAL em cada território, permitindo o conhecimento de outras realidades, o intercâmbio de experiências e a organização de redes de parceria, entre outros benefícios que em cada caso concreto os GAL souberam aproveitar, tendo também em conta as características e os objetivos de cada projeto de cooperação que desenvolveram.

Na sua maioria, os projetos desenvolvidos pelos GAL visam a aquisição de escala em determinados setores, para poderem aceder a mercados que, de outra forma, lhes estariam vedados ou a que seria difícil cada território chegar de forma isolada; aumentar a diversidade da oferta, aproveitando as complementaridades entre territórios; e a criação, aprofundamento e partilha de metodologias de trabalho em desenvolvimento local.

Em todos estes casos é importante destacar o papel da cooperação no desenvolvimento de competências, na aprendizagem constante, na inovação de processos e na própria motivação dos agentes locais. Estes são também aspetos determinantes, ainda que muitas vezes invisíveis, no desenvolvimento local. A cooperação proporciona um importante combustível para os estimular.

Pese embora as muitas virtudes que se podem encontrar na cooperação, cooperar não é fácil e comporta importantes desafios. Desde logo porque é um processo moroso, sobretudo quando envolve parceiros que não têm suficiente conhecimento mútuo e experiência de trabalho em conjunto. Como tal, é preciso assumir que o desenvolvimento de projetos em cooperação deve corresponder a estratégias de médio e longo prazo, e que os resultados, podendo ser francamente positivos, não aparecem “logo ao virar da esquina”.

O estabelecimento de relações duradouras e a cooperação com parceiros que já se conhece – e com quem se desenvolveu outros projetos – tende a ser, então, não só um fator acelerador na implementação dos projetos, como um potenciador de resultados.

Outro importante desafio com que os GAL se confrontam é a integração da cooperação na estratégia de desenvolvimento de cada território. Cooperar não faz sentido por si só. Faz sentido quando os seus resultados contribuem para atingir os objetivos definidos na Estratégia Local de Desenvolvimento, que o GAL, num processo participado e com o envolvimento dos demais agentes locais, definiu para o desenvolvimento do território de intervenção e que irá guiar a sua ação.

Em Portugal, a experiência das Associações de Desenvolvimento Local nos processos de cooperação foi levando a que, progressivamente, estas soubessem ultrapassar melhor as dificuldades e encontrar as formas de obter resultados positivos nos projetos que desenvolvem. De tal modo a cooperação se tornou importante para a promoção do desenvolvimento dos seus territórios, que muitos deles se envolveram também em projetos em cooperação fora do LEADER, e várias adquiriram mesmo o estatuto de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

Os desafios não estão todos superados e novos vão aparecendo no caminho, mas hoje a cooperação, e em particular a Cooperação LEADER, pelas suas especificidades, consolidou-se como uma importante e profícua ferramenta para os GAL promoverem o desenvolvimento integrado dos seus territórios de intervenção.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 ADRAT
www.adrat.pt
- 03 ADRIIL
www.adriil.pt
- 04 ADRIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 ADRIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 ADRITEM
www.adritem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 ADRUSE
www.adruse.pt
- 24 ADRACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPEs
www.adrepe.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentajano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA
www.adrama.pt



Foto: Hugo Silva

O desenvolvimento do Alentejo na perspetiva da ADRAL

O Alentejo assenta para o seu desenvolvimento em condições naturais favoráveis à prossecução de atividades diversificadas, nomeadamente atividades agrícolas, agroindustriais, pecuárias e florestais, atividades associadas à exploração de recursos geológicos e minerais e turismo assente no património natural, paisagístico e cultural. Para além destas atividades existem outras dinâmicas empresariais em setores emergentes, com destaque para a indústria aeronáutica, componentes automóveis, indústrias criativas e da cultura, a economia do mar, as tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia e química e a energia.

Para dinamizar e incrementar atividades de &I&D, o Alentejo dispõe do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia que tem como

objetivo conjugar atuações coordenadas e coerentes entre as diferentes entidades presentes no território, ao nível da malha empresarial, dos agentes do sistema científico e tecnológico e do próprio território.

A situação geral do Alentejo pode declinar-se no Alentejo Central que detém atualmente um conjunto de fatores que lhe configuram vantagens comparativas em termos de atração de investimento e empresarial. Incluem-se dentro desses fatores: o seu posicionamento geoestratégico, no eixo Lisboa – Madrid e a sua proximidade à área Metropolitana de Lisboa; as acessibilidades rodó e ferroviárias existentes ou que se perspectivam; a localização de destacadas estruturas associadas ao sistema científico e tecnológico de base regional, como são a Universidade de

Évora e o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, que cumprem um papel central no desenvolvimento do Sistema Regional de Transferência de Tecnologias e na sua dinâmica de produção científica e tecnológica; a concentração no principal núcleo urbano do sistema urbano regional, a cidade de Évora, de recursos humanos qualificados, de serviços desconcentrados da administração central, de uma rede de serviços às empresas e à população e de um tecido institucional relativamente denso; a crescente densidade de um tecido empresarial que combina atividades produtivas tradicionais.

Revelam-se de especial interesse estratégico e potencial as seguintes dimensões de especialização para a região: (i) a cadeia industrial agroalimentar, ancorado quer no potencial

do EFMA, quer noutras produções regionais; (ii) as atividades associadas ao ambiente e recursos naturais, com destaque para o *cluster* das pedras naturais e para a cadeia de valor associada ao sistema agrossilvo-pastoril multifuncional do Montado; (iii) as atividades baseadas na cultura e no património, ancoradas num vasto e reconhecido património cultural e natural, edificado e imaterial, de que sobressaem algumas componentes reconhecidas internacionalmente - os centros históricos de Évora e Elvas inscritos na Lista do Património da Humanidade; (iv) um conjunto de atividades emergentes, baseadas em tecnologia, em inovação e em criatividade, em setores como a aeronáutica e as TICE, as indústrias culturais e criativas e alguns serviços turísticos inovadores.

A ADRAL em vindo a apostar na implementação de um conjunto de projetos e iniciativas conducentes a tornar o Alentejo uma região mais qualificada, com elevados graus de competitividade, desenvolvimento empresarial, inovação e transferência de tecnologia. A sua estratégia de desenvolvimento está ancorada no Decreto-lei n.º 88/99, de 19 de março, que define o estatuto das Agências de Desenvolvimento Regional.

Algumas prioridades:

- capacitação para o apoio à inovação empresarial, transferência de conheci-

mento e tecnologia para as empresas;

- apoio à animação/promoção do Sistema de Incubadoras (de base tecnológica);
- apoio no incentivo a boas práticas na gestão dos recursos energéticos;
- apoio à dinamização e promoção dos clusters da região;
- desenvolvimento e apoio à dinamização de redes de cooperação e do conhecimento;
- promover o empreendedorismo e criação de negócios como meio catalisador de desenvolvimento/dinamização económica;
- estabelecimento de redes de capacitação de agentes regionais destinadas à implementação de estratégias de empreendedorismo e sustentabilização;
- definição e desenvolvimento de estratégias de valorização económica de Territórios de Baixa Densidade como forma de desenvolvimento sustentável;
- promoção de ações de disseminação de conhecimento, prospeção e acesso a mercados externos.

De destacar que a cooperação interinstitucional e empresarial assume um papel determinante no sucesso de estratégias de desenvolvimento para esta região. Plataformas de cooperação como são a ADRAL e o MONTE ACE, entre outras, devem ser preservadas e capacitadas de forma a cumprirem, mais aprofundadamente, o seu papel como entidades intermediárias e conhecedoras dos atores destes territórios.

A ADRAL, no quadro da sua estratégia de cooperação, tem participado no desenvolvimento das estratégias que serão corporizadas pelas CIM, neste caso pela CIMAC, e também pelo MONTE ACE.



Luís Cavaco

Licenciado em Sociologia, Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, ADRAL



Cooperação Transnacional: Portugal e Cabo Verde com fortes resultados

As Comissões Regionais de Parceiros (CRP) são emanações das Associações Comunitárias de Desenvolvimento. Funcionam como espaço regional onde se discutem e se elaboram estratégias e prioridades do território. O objetivo fundamental das CRP é dar voz e vez às comunidades pobres mas, também, que as escolhas da comunidade, mobilizada à volta da sua associação, sejam partilhadas com os seus parceiros mais diretos, nomeadamente, autarquias, serviços desconcentrados do Estado, organizações não governamentais, setor privado.

O Conselho Regional de Parceiros de Santo Antão – CRP-SA é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, constituída por tempo indeterminado. Integra diferentes parceiros, ACD, ONG, câmaras municipais, serviços desconcentrados do Estado e demais parceiros locais, democraticamente aceites na realização das suas finalidades. O principal objetivo é aumentar o capital social e económico dos pobres, lançando a via para o progresso integrado e sustentado das comunidades da Ilha. O sistema

CRP-SA integra uma Assembleia Geral, um Conselho de Direção e um Conselho Fiscal, mantendo uma Unidade Técnica na implementação e implantação de Programas de Luta Contra a Pobreza a nível local e regional.

A dinâmica de crescimento do CRP-SA é evidente e todos os dias há pedidos de adesão por parte de vários parceiros de desenvolvimento de Santo Antão, o que credibiliza cada vez mais a instituição. A sua notoriedade e credibilidade continuam em constante evolução positiva e consistente, contando atualmente com 123 membros, sendo na maioria constituída por Associações Comunitárias de Desenvolvimento (93), seguidas pelas ONG (16), os serviços desconcentrados do Estado (11) e as câmaras municipais de Santo Antão (3).

Um dos eixos estratégicos de sustentabilidade do CRP-SA é a busca de parcerias local, nacional e internacional, e os resultados são evidentes e de grande impacto a nível reforço do tecido social e económico de Santo Antão e de Cabo Verde.

A orientação do CRP-SA em Cooperar em Português

com a nossa principal parceira do Alentejo Central – MONTE-ACE – é uma estratégia que nos é muito cara, profícua e efetiva, pois há mais de uma década que contamos com resultados evidentes em muitos setores da atividade humana e sempre numa linha aditiva, sustentada por traços culturais comuns de uma história que enriquece os seus protagonistas a nível global.

Podemos deixar aqui resultados concretos e consistentes partilhados nesta rica cooperação CRP-SA/MONTE, com impacto durável e sustentável no reforço da capacidade interventiva e institucional da Sociedade Civil da Ilha de Santo Antão, em particular, e de Cabo Verde, no geral, pois estas intervenções tiveram início em 1999 com a arquitetura socioeconómica do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP).

Em 2001, o MONTE, tendo contribuído na conceção do PNL, dá treinamento *in loco* (Portugal) aos animadores locais de Santo Antão, S. Nicolau e Fogo, as primeiras ilhas que beneficiaram do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR),

financiado pelo FIDA e pelo Governo de Cabo Verde.

Para a segunda fase do PLPR, o MONTE-ACE apoia o PNL na constituição das CRP e conseqüentemente na elaboração dos Programas Locais de Luta Contra a Pobreza (PLL), programas estratégicos de intervenção local e comunitária de combate à pobreza e desenvolvimento sustentável.

A Cooperação com o MONTE-ACE é aprofundada a partir de 2004, com as CRP já constituídas, e inicia-se o período de trabalho em rede e cooperação direta, onde o CRP-SA e o MONTE trabalham projetos próprios com financiamentos de instituições portuguesas e da União Europeia, nomeadamente:

- Qualificação de promotores de microprojetos – apoio na criação de rotas turísticas em Santo Antão (2008);
- Projeto NOS JUNTE – Aprender e Construir Desenvolvimento – Lutar Contra Pobreza – Financiado pelo ex-IPAD e União Europeia (2009-2012);
- Capacitar Animadores das Associações Comu-

nitárias de Desenvolvimento, reforço da governança local, apoio ao desenvolvimento sustentável, criar uma plataforma de recursos para a formação e desenvolvimento rural (CRDR) e lutar contra a pobreza foram os objetivos fixados e alcançados com sucesso neste projeto.

- EIDER – Empreendedorismo e Inovação e Desenvolvimento Rural – Financiado pelo PRODER;
 - Promover o tecido empreendedor nas zonas rurais do Alentejo e Santo Antão, capacitar empreendedores, promover encontros e oficinas de empreendedorismo, foram os propósitos apresentados e também alcançados com grande sucesso e satisfação dos promotores e beneficiários.
- Baloi d’Horta – Comercialização de proximidade – Financiado pela União Europeia, Instituto Camões de Cooperação e Língua, MONTE e PNL (2012-2014);
 - Projeto ainda em curso com o objetivo de promover o comércio de proximidade, já com impacto direto e positivo nos pequenos produtores agrícolas de Santo Antão.

Estes projetos desenvolvidos em conjunto têm contribuído de forma clara e inequívoca para o desenvolvimento sustentável, com resultados evidentes nas comunidades rurais de Santo Antão.

Sublinhamos que a nossa expectativa de cooperação continua a aumentar e estamos prontos, disponíveis e dedicados para que desta parceria continuem a brotar sucessos.



Adriel Mendes

Gestor da Unidade Técnica do CRP-SA, Administrador Público



Cooperação local na organização dos produtores rurais

As comunidades e os pequenos produtores rurais sempre foram conseguindo encontrar as práticas de cooperação e ajuda mútua e as formas de organização que melhor se ajustam ao seu funcionamento e às suas dinâmicas sociais e económicas.

Primeiro, as práticas e formas de organização tradicionais estavam mais viradas para as relações comunitárias internas como meio de garantir a continuidade das condições de produção e a reprodução das famílias, minimizando os riscos. Privilegiavam o nível da produção (familiar), a entreada na realização do trabalho nos períodos e nas operações mais exigentes, o crédito e seguro mútuos e a comercialização coletiva estava praticamente ausente. A produção (familiar) procurava encontrar depois a sua própria procura.

Depois, as práticas e formas de organização modernas mudaram radicalmente, deixaram de estar orientadas para a regulação das relações internas e viraram-se para a organização das relações com o exterior, para o estabelecimento do interface com o meio envolvente, procurando

facilitar, acelerar ou melhorar a integração no mercado e na sociedade global. Privilegiavam a comercialização e o aprovisionamento de fatores, que passaram a determinar a produção.

A organização das relações com o exterior revelou-se no entanto muito mais complexa e incerta, dados os desequilíbrios existentes no poder de negociação, no acesso à informação e ao conhecimento, na influência sobre a formulação das políticas públicas. Complexidade agravada pelo facto das formas de organização terem de se ajustar às características dos diferentes contextos, produtores, produtos, mercados.

O Estado cedo reconheceu a importância destas novas formas de organização dos produtores rurais, o que o levou a intervir na tentativa de resolução de algumas das dificuldades, em particular dos desequilíbrios no poder de negociação e do acesso à informação e conhecimento. Mas, a intervenção do Estado até aos anos 1980 foi de tal modo forte, ao condicionar e tutelar as formas de organização, que lhes retirou a autonomia

e levou os produtores a considerar essas formas (caso particular das cooperativas) como empresas do Estado. Só a partir dessa data, com as mudanças a nível global, o Estado iniciou um processo de retração que abriu espaço ao aparecimento autónomo das mais diversas formas e práticas de cooperação e de organização.

Hoje é unanimemente reconhecida a importância das funções que as organizações dos produtores rurais desempenham ou podem vir a desempenhar e que nenhuma outra entidade, pública ou privada, as pode desempenhar com a mesma legitimidade. Contudo, também é reconhecido que elas nem sempre dispõem das capacidades e meios para desempenhar essas funções com a eficácia e eficiência desejadas.

O Estado continua a apoiar a organização dos produtores rurais mas o apoio público é hoje diferente, assume essencialmente a forma de incentivos financeiros e de isenções fiscais, o que não lhes retira a autonomia de gestão democrática.

A integração no mercado e na sociedade global dos

pequenos produtores rurais não é assim problema fácil de resolver. A criação de uma organização de produtores obriga sempre a uma delegação de capacidade de decisão na gestão coletiva aumentando em consequência os riscos para as famílias. Este risco é particularmente sentido quando essa gestão revela alguma falta de profissionalismo e acrescenta pouco poder de negociação em relação ao produtor individual, ou quando a gestão é profissional, ganha autonomia, mas com o crescimento da dimensão económica se torna, ela própria, discriminatória (excludente) em relação aos pequenos produtores.

Com facilidade se gera desconfiança e surgem comportamentos oportunistas e imediatistas por parte dos produtores rurais em relação à sua própria organização. Nestes casos, os produtores procuram retomar a capacidade de decisão anterior saindo da organização ou, mantendo-se, não a diferenciando dos outros clientes e fornecedores, tentando tirar partido das procuras/ofertas imediatas mais vantajosas.

Há muito que estes problemas estão diagnosticados e que soluções diversas têm sido ensaiadas para os tentar resolver, na formação dos grupos (dimensão e homogeneidade), na escala económica, nas formas de organização, na liderança, na transparência e profissionalismo, na formulação estratégica e posicionamento nas cadeias de oferta. Contudo, os problemas parecem manter-se em muitas regiões e as soluções estáveis só podem ser encontradas pelos próprios nas suas comunidades, contando depois, supletivamente, com os eventuais apoios do Estado e da sociedade em geral.

A construção de capacidade social e organizativa (capital social) é um processo lento e complexo que só uma aprendizagem social dinâmica, a nível interno e na relação com o exterior, pode aspirar.

Os Grupos de Ação Local (GAL), da abordagem LEADER dos Programas de Desenvolvimento Rural, e as Associações de Desenvolvimento Local que os suportam ou gerem, são as entidades que, a nível territorial, melhor podem hoje contribuir para a criação e reforço da organização dos pequenos produtores rurais nas formas e práticas

mais ajustadas a cada caso. A sua inserção nas comunidades locais/rurais e a sua capacidade de animação e aconselhamento continuado podem criar formas de coordenação que promovam novas práticas de cooperação e novas formas de organização dos produtores rurais.

As novas estratégias de desenvolvimento local para o período 2014-2020, a propor pelos GAL ao novo instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária/LEADER, são certamente uma oportunidade para vir a enquadrar os problemas aqui abordados não só numa perspetiva de cooperação para a transferência de conhecimentos já disponíveis mas também de cooperação para inovação, no quadro da Parceria Europeia de Inovação. Entre os domínios eleitos por esta Parceria destaca-se precisamente a inovação na organização de cadeias de oferta.

Considerando a construção de capacidade nos respetivos territórios como um fator estratégico, os GAL poderão desenvolver uma ação muito abrangente e transversal de apoio, animação e aconselhamento. Não só as iniciativas que aprofundem interdependências e melhorem a posição dos produtores nas cadeias de oferta, de que já existem inúmeros exemplos, podem ser apoiadas com incentivos financeiros, como também a introdução das inovações na criação e/ou na melhoria da governação interna das organizações podem vir a beneficiar de outro tipo de apoio (ex. apoio técnico) e práticas de cooperação de forma continuada.



José Francisco Ferragolo da Veiga
Chefe de Divisão de Planeamento na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

- 1 Quais os principais desafios ao desenvolvimento integrado da Região do Alentejo?
- 2 O que é necessário fazer para os alcançar?
- 3 Como é que os diferentes tipos de agentes atuam no desenvolvimento integrado da Região do Alentejo?



António Ceia da Silva

1 Hoje em dia é basililar inovar e atualizarmo-nos em permanência. Aliás, defendo que a inovação tem de ser inerente à forma como atuamos diariamente. A sociedade está em constante mudança e torna-se fundamental acompanhar essa acelerada evolução. O turismo é um sector económico que está no mercado, este evolui a uma velocidade vertiginosa, o turista muda constantemente, então temos de ter a capacidade de acompanhar esse progresso. Temos hoje um turista culto, inteligente e informado, ou seja quando visita um destino já se informou de tudo sobre o mesmo. O segredo nesta altura está na atuação nas chamadas *gaps*, que consiste na superação das expetativas. Outro fator que defendo é comparar-nos sempre com os melhores, temos de procurar atingi-los e superá-los. O *benchmark* tem de ser feito com os melhores exemplos, para que possamos alcançá-los. Sermos ambiciosos é perfeitamente legítimo. Temos de criar um objetivo comum para o destino. Se queremos um destino de excelência isso tem de ser construído por todos e com todos os agentes. No turismo não há segundas oportunidades.

2 É extremamente importante a definição de uma estratégia e de um planeamento, que defendo monitorizado e inserido nos documentos estratégicos, quer a nível regional quer nacional. Entre 2009 e 2014 pusemos em prática o POTA – Plano Operacional do Turismo do Alentejo que, este ano, fica concluído com a execução praticamente a 100%. Face à realidade económica do país, decidimos aproveitar da forma competente os fundos estruturais e foi o que fizemos relativamente ao novo quadro financeiro 2014-2020.

A implementação do documento estratégico 14/20, que foi discutido com todos os agentes públicos e privados, começa no próximo ano e apresenta um conjunto de linhas estratégicas fundamentais, como por exemplo a Certificação do Destino, a criação das Redes de Oferta do Território e de Corredores Turísticos, a Estruturação, Requalificação e Reengenharia do Produto Turístico, a Identidade ou o aproveitamento das novas tecnologias, uma área que designamos por Alentejo 3.0.

3 Trabalhar em rede com todos os agentes públicos e privados que atuam no sector é fundamental para a criação e afirmação de um destino turístico. Isto significa envolver os técnicos dos postos de turismo, as autarquias, os empresários e investidores, os diretores da unidade de alojamento, os técnicos da restauração e da animação turística. Ou seja, todos os que operam no setor do turismo têm de sentir-se envolvidos, representantes e construtores da marca territorial. E nisso o Alentejo tem sido exemplar, ao longo dos últimos cinco anos tem sido assim e é assim que vamos continuar a projetar e a afirmar a marca turística Alentejo.

António Ceia da Silva é Presidente do Turismo do Alentejo e Ribatejo – ERT



Paula Paulino

1 Os maiores desafios ao desenvolvimento integrado da Região Alentejo são, no meu entender, a capacidade de atração de residentes, a capacidade de atração de investimento e a promoção territorial. Só é possível garantir um desenvolvimento sustentável do Alentejo se estas variáveis forem trabalhadas de uma forma integrada. A implementação no terreno das estratégias delineadas, dos projetos estruturantes deverá assim ter em linha de conta estas questões. Não tenho dúvida de que há excelentes análises *swot* da região, há estudos muito bem fundamentados que apontam e identificam medidas e ações a promover, que propiciam um desenvolvimento integrado da região Alentejo. Acredito, por isso, que o desafio se coloca na forma como planeamos as ações, como delineamos a sua implementação e como fazemos o acompanhamento e monitorização das mesmas. É fundamental partilhar conhecimento e recursos, inovar na forma de promover a região que é claramente uma região única no território nacional e até mesmo internacional (A região e/ou os seus produtos e serviços têm recebido as mais variadas distinções a nível nacional e internacional).

2 É desde logo necessário que haja medidas de discriminação positiva para regiões como o Alentejo. Tem de haver por parte de quem legisla uma atenção para estas matérias. Não se trata de beneficiar a região, pretende-se sim esbater as assimetrias regionais e que sejam dadas reais oportunidades para que a região possa garantir um desenvolvimento integrado.

Por outro lado, é necessário criar sistemas de cooperação nas diferentes áreas do desenvolvimento económico e social que sejam do conhecimento de todos os intervenientes e assentes no conhecimento, na diferenciação e na inovação. É crucial que todos os agentes que trabalham na região estejam em perfeita articulação e que com metas e objetivos bem delineados possam implementar as suas atividades/projetos/iniciativas dando assim o seu contributo claro e inequívoco para o desenvolvimento integrado da Região Alentejo.

3 Para que o sistema funcione tem de haver cooperação entre as entidades que trabalham na região, desde os organismos públicos, às associações de desenvolvimento local, regional, às associações empresariais e setoriais, fundações, empresas, sindicatos, entre outras. Cada uma tem o seu papel e da articulação entre todos só podem resultar sinergias que vão ao encontro das metas e objetivos definidos para a região e que têm por objetivo o desenvolvimento integrado da Região Alentejo.

Paula Paulino é Diretora Executiva do NERE, Núcleo Empresarial da Região de Évora

TÓPICOS SOBRE COOPERAÇÃO NO ALENTEJO

Quais fatores de cooperação contribuem para este processo?



António Costa da Silva

1 Ter a capacidade de afirmar o território no seu todo numa perspetiva de diferenciação positiva. O Alentejo de hoje é uma região com um forte potencial de desenvolvimento. O seu modelo estratégico deve ter como suporte três grandes pilares: valorização dos produtos endógenos; aproveitamento do posicionamento geográfico e exploração dos seus principais pólos de desenvolvimento.

A competitividade do Alentejo assenta na valorização dos seus principais recursos. No atual contexto de globalização e de forte aumento da concorrência, torna urgente e obrigatória a necessidade das políticas de investimento do desenvolvimento se focarem em torno de uma estratégia de competitividade. Essa estratégia de competitividade significa impulsionar os atores e agentes económicos e sociais de forma que estes produzam a riqueza económica, de conhecimento e competência, e de valor ambiental. O Alentejo é uma região com características muito especiais. É na potenciação destas características e nos produtos regionais de elevada qualidade que deve assentar a estratégia de desenvolvimento regional. Para além de um setor agrícola em franca mutação e expansão, temos um setor agroindustrial também bastante competitivo.

A região pretende tirar partido do seu posicionamento francamente favorável nas rotas marítimas intercontinentais e da quase inexistência de constrangimentos de expansão.

O Porto de Sines funciona como centro nevrálgico de acesso marítimo e dinamizador da capacidade empresarial da região. Sines é atualmente o grande porto energético nacional. Constituído por quatro

terminais e dois portos interiores, movimentam mais de 20,5 milhões de toneladas de produtos.

Os investimentos no porto de Sines e a criação e melhoria das redes ferroviárias de transporte de mercadorias, são pólos de desenvolvimento económico e social de grande valor para o Alentejo, os quais serão decisivos no alavancar de toda a estratégia de desenvolvida da região.

2 O fundamental é haver capacidade de articular todas estas potencialidades. Olhar para a região numa perspetiva de médio e longo prazo é decisivo. É também extremamente importante assumir metas a alcançar do futuro. Na prática, é preciso saber o que se quer. Para isso, é fundamental a região trabalhar em uníssono, criando as parcerias para que o processo de desenvolvimento seja um sucesso. A construção do PAR – Plano de Ação Regional e da EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente, foram bons exemplos dessa capacidade.

3 Exemplos de cooperação na preparação das estratégias territoriais integradas são fundamentais. A preparação das ITI – Intervenções Territoriais Integradas e do DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária pelas CIM e GAL têm sido decisivas para a construção dos instrumentos de desenvolvimento regional.

António Costa da Silva é Vogal Executivo do INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo



Teresa Laranjeiro

1 Por desenvolvimento integrado entendendo um desenvolvimento harmonioso que permita a manutenção das características positivas da região, nomeadamente no que respeita à sustentabilidade ambiental e social, sendo que esta última implica sustentabilidade financeira.

Alguns dos maiores desafios são travar o processo de desertificação, encontrar forma de tornar produtivas as terras abandonadas e as terras sobre exploradas, reduzir os processos de agricultura intensiva que esgotam os solos e fazem uma utilização excessiva dos recursos de água existentes, valorizar o trabalho na agricultura e valorizar o ambiente da região.

2 Tornar a região apetecível para as pessoas através da criação de emprego, nomeadamente mantendo as infraestruturas básicas de apoio às comunidades, quer no que respeita a serviços públicos de saúde e rede escolar, quer no que respeita a oferta cultural, bem como fomentar a implementação de modos de produção sustentáveis com menos recurso à exploração intensiva.

Considero importante a valorização das plantações que sejam feitas em total respeito pela sustentabilidade ambiental e social, e a posterior publicitação do trabalho agrícola como contribuidor para a riqueza nacional realçando o seu contributo para o equilíbrio da balança de importações/exportações nacionais. Sublinho, também, a necessidade de fomentar o consumo dos produtos da época e de proximidade desenvolvendo iniciativas do tipo dos cabazes PROVE.

3 A iniciativa dos cabazes PROVE é um excelente exemplo de como a cooperação pode contribuir para o

desenvolvimento de uma região, em que a conjugação de interesses de produtores e consumidores cria um processo de fomento da produção tendo em conta as necessidades dos consumidores e as capacidades de produção da região em cada época do ano.

No processo do desenvolvimento da produção de figos da Índia temos um excelente exemplo de como faz todo o sentido a cooperação entre produtores, pois sem ela não será possível juntar quantidades de produção que nos permitam responder a algumas solicitações que já vamos tendo de fornecimento para o estrangeiro e para a indústria alimentar.

Ainda ao nível da produção agrícola, faz também todo o sentido que quando há a necessidade de transportar ou armazenar bens perecíveis haja cooperação entre os produtores com o objetivo de otimizar os transportes e armazéns a utilizar, de forma a contribuir assim para a sustentabilidade ambiental e financeira.

Dado o carácter sazonal do trabalho agrícola, poderia também haver cooperação entre os empregadores, de maneira a criarem bolsas de trabalhadores que trabalhassem em várias atividades ao longo do ano, consoante as necessidades que fossem havendo e que tivessem uma garantia de ordenado durante todos os meses do ano.

Ao nível cultural, deveria fomentar-se a colaboração entre as várias associações que existem nas povoações para que organizassem eventos em conjunto de maneira a ganharem dimensão.

Teresa Laranjeiro é gerente da Cactus Extractus



Cantares de Évora

Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa. Dez concelhos, do Alentejo Central, com importantes recursos naturais e enraizado património histórico-cultural, têm vindo a tornar-se cada vez mais atrativos, quer para residentes, quer para visitantes e turistas.

Adotando novas abordagens e instrumentos estratégicos, como o trabalho em rede e a cooperação, aposta-se na promoção de um modelo de desenvolvimento integrado que para além de reforçar a articulação entre os agentes locais e oferecer uma oportunidade às comunidades para se desenvolverem e crescerem, tem permitido (re)afirmar a identidade territorial.

Uma rota por 10 concelhos do Alentejo Central, centrada na iniciativa dos agentes locais, na capacidade de se organizarem em torno de projetos diferentes ou invulgares, nas áreas da agricultura, produtos locais, artesanato, gastronomia, cultura, turismo, que fortalecem as parcerias territoriais, é o que propomos.

Pela lente da cooperação, temos um outro olhar sobre este território que tem sabido explorar e potenciar o

“caráter” único dos lugares, reinterpretando os valores patrimoniais, reinventando a oferta turística, através de soluções inovadoras e empreendedoras, que (des)envolvem as pessoas e assumem uma grande relevância nos processos de desenvolvimento do território.

São iniciativas e projetos, desenvolvidos e promovidos em parceria, que conjugam a vontade e o esforço de várias entidades e pessoas, espelhando a forte dimensão da cooperação neste território, onde prevalece a convicção de que só através da ação conjunta se conseguirá perspetivar estratégias eficazes, válidas e com reais benefícios para todos.

Embarque nesta viagem pelo Alentejo Central e parta à descoberta de experiências únicas... Voo livre, concertos numa pedreira, provas de vinhos...

Alandroal

Já fez turismo endovélico? Não? Então vá ao Alandroal. **1** “Por Terras do Endovélico” é a iniciativa lançada pela câmara, em 2010, destinada a promover o legado histórico e arqueológico do concelho, com destaque para Endovélico, deus dos Lusitanos com importante culto na região durante a época roma-



na. Música celta, documentários, teatro, palestras, exposições, mostra gastronómica com receitas da época, visitas guiadas aos locais de culto e percursos pedestres são alguns dos atrativos do Festival “Terras do Endovélico”, que se realiza anualmente (julho) no sítio de S. Miguel da Mota, junto à barragem do Lucefecit, reconhecido como o santuário do Endovélico. Saiba mais em:

www.cm-alandroal.pt



Arraiolos

Bordados à mão por gerações de bordadeiras, os Tapetes de Arraiolos têm uma longa história, datando de 1598 a referência escrita mais antiga. Mas o melhor é mesmo dirigir-se ao **2 Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos**. Um espaço museológico permanente ao serviço da comunidade e que tem como missão promover o estudo e a divulgação do Tapete de Arraiolos, assim como a sua conservação, proteção, valorização e reconhecimento enquanto património histórico, artístico e etnográfico, tanto na sua vertente material como imaterial.

www.tapetedearraiolos.pt

Ainda em Arraiolos, visite a **3 Aldeia da Terra**. Um jardim de esculturas em



terracota em permanente construção, que conta com centenas de personagens e edifícios que retratam aspetos de uma aldeia tradicional alentejana, com as suas tradições, artes e ofícios, histórias tradicionais e religiosidade. Atraindo milhares de visitantes, integra uma forte componente pedagógica que permite às crianças construir as suas próprias peças em barro.

www.oficinadaterra.com

e outros eventos. Aproximar o viticultor à adega, incutindo a paixão de fazer grandes vinhos, é outro dos objetivos da adega de Borba, que reúne 300 viticultores que cultivam cerca de dois mil hectares de vinha nesta região, conhecida pela excelência das suas condições naturais. As visitas, provas e outras ações deverão ser marcadas previamente.

www.adegaborba.pt

Estremoz

Em Estremoz parta à descoberta do **5 Sistema Solar à escala de Estremoz**, de bicicleta. A construção deste sistema solar à escala de Estremoz, um dos poucos do mundo, permite aos visitantes aperceberem-se das reais dimensões do mundo em que vivemos.



Borba

Com forte tradição vitivinícola, Borba é o lugar ideal para se entregar aos prazeres do enoturismo. A **4 Adega de Borba**, fundada em 1955, propõe ao longo do ano várias ações de promoção dos seus vinhos de qualidade, tais como provas de vinhos, visitas e cursos de prova. Dispondo de amplas salas de prova e auditório, acolhe ainda a realização de seminários, encontros empresariais

Mas para ser verdadeiramente à escala, as distâncias entre os planetas acabam por ser grandes demais para serem visualizadas de uma vez ou percorridas a pé, pelo que a bicicleta torna-se a alternativa lógica. O passeio com início/fim no Centro de Ciência Viva de Estremoz (que



dinamiza o projeto), numa distância total de 34 km, por estrada de alcatrão e terra batida, não oferece dificuldade.

estremoz.cienciaviva.pt

Évora

Na cidade Património da Humanidade, importa conhecer a Fundação Eugénio de Almeida e, em particular, o trabalho que tem vindo a realizar, desde 2002, o **6 Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora** para o conhecimento, preservação e divulgação do património cultural móvel religioso, que é uma das marcas mais valiosas da identidade cultural do Alentejo. O projeto, com a colaboração da própria Arquidiocese, prevê a

da informação recolhida, datada do séc. XIII até meados do séc. XX, está já disponível on-line e portanto acessível a um número crescente de utilizadores, permitindo o uso da informação como instrumento de trabalho aos que se dedicam, em particular, à investigação histórica, estimulando o estudo das peças e das coleções, constituindo-se, assim, um suporte relevante na produção de conhecimento.

inventarioaevora.com.pt



Montemor-o-Novo

Já voou num avião sem motor? Procura novas emoções? Batismo de voo em planador é seguramente uma escolha acertada. Numa parceria com o aeródromo municipal, o **7 Centro de Voo Livre (CVL)**, uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que visa a promoção de atividades aeronáuticas, propõe voos de iniciação à vela, também designado por voo em planador ou voo sem motor. Manter-se no ar o maior tempo possível, em voos de “cross country”, que poderão desenvolver-se ao longo de várias centenas de quilómetros e duração de várias horas, é o grande desafio que os pilotos de planador procuram alcançar. Atreva-se, desfrutará de sensações únicas, voando como uma ave sem bater asas e planando num deslumbrante silêncio. Contacte o CVL, inscreva-se num voo de iniciação ou um minicurso (três voos) e sinta-se “piloto” por um dia.

www.centrovoolivre.com

Redondo

Neste concelho existem dois museus a visitar: o **8 Museu**



do Vinho e o Museu do Barro, dinamizados pela Câmara. No primeiro, que funciona em simultâneo com o posto de turismo da região, o visitante encontra a exposição permanente, que reproduz as várias etapas da atividade vinha-teira, um quiosque multimédia, para obter informações sobre as adegas produtoras da região, e a loja, com uma seleção dos melhores vinhos tintos e brancos da região Alentejo. Está aberto de terça a domingo, das 10h às 20h.

Praça da República n.º 5/6

Tel. 266 909 100

museudovinho@cm-redondo.pt



O **9 Museu do Barro**, dedicado à valorização e defesa da olaria tradicional de Redondo, situa-se no antigo Convento de Santo António. O visitante poderá acompanhar o percurso histórico da olaria redondense, bem como apreciar e adquirir peças representativas das várias formas de trabalhar o barro. Para reservas de marcações para grupos e visitas guiadas, contacte o museu.

Alameda de Santo António

Tel. 266 989 216

Reguengos de Monsaraz

Outra das tradições mais vincadas deste território é o Cante Alentejano (candidato a Património da Humanidade).



Não deixe, por isso, de visitar a **Casa do Cante**. Instalada na antiga escola primária do Telheiro, que foi requalificada para o efeito, o espaço – de promoção, exaltação e estudo do Cante Alentejano – tem uma área interpretativa sobre o cante alentejano e um auditório com estúdio para gravações para os grupos corais do concelho, designadamente, o Grupo Coral e Desportivo da Freguesia de Monsaraz, ali sedeados. Os visitantes podem assim conhecer o cante alentejano, participar nos ensaios dos grupos corais e levar um registo dessa experiência. Junto à Casa do Cante foi construído o Parque de Eventos do Telheiro, um recinto multiusos complementar, que será gerido pela Associação Gerações do Telheiro, em prol da comunidade.

monsarazgrupocultural.com



Vendas Novas

A **11 Academia Sénior de Vendas Novas**, promovida pela associação Porta do Alentejo, em 2010, é um projeto só possível com a colaboração dos professores voluntários, entre e muitos outros parceiros, como a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas, a Casa do Povo. Vale a pena conhecer este espaço dedicado à ocupação lúdica, educacional

e de convívio de uma geração com alguma disponibilidade de tempo, que conta atualmente com 17 disciplinas, 25 formadores/professores e 263 inscrições. Promover o bem-estar dos seus participantes, o convívio, o enriquecimento cultural e os momentos lúdicos são objetivos desta academia, que tem sido uma mais-valia no dia-a-dia dos seus alunos, todos com mais de 50 anos.



Vila Viçosa

E um concerto numa pedra? Já assistiu? Em Vila Viçosa há música na **12 Pedreira da Gradinha**. A iniciativa, arrojada, da câmara municipal pretende desenvolver um conceito inovador, capaz de agregar a beleza natural inerente ao espaço que é a pedra, desativada, com a música, mas também a história e a gastronomia do concelho. “Música na Pedreira” é o nome do espetáculo, organizado em parceria com a Orquestra de Câmara Portuguesa, que revela, de forma única memorável, como um ambiente industrial pode ser transformado num espaço privilegiado para acolher momentos musicais de elevada distinção. Na Pedreira da Gradinha, a escassos metros do centro histórico da vila, está também instalado o novo **Museu do Mármore**, inaugurado em setembro de 2013, desenhado com o objetivo de dignificar o mármore, bem como dar a conhecer todo o processo relacionado com a extração e transformação desta rocha ornamental.

www.cm-vilaviosa.pt

inventariação e catalogação do património cultural móvel religioso das 158 paróquias existentes nos 24 concelhos da Diocese de Évora. Uma parte





Real Companhia do Cacau

“O nosso produto terá uma forte ligação à história local, da embalagem aos recheios.”

Moisés Gama, promotor



LGR

“Reciclamos burocracia”, é o nosso lema.”

Leonel Godinho, promotor



Hospital Veterinário

“É um projeto de vida, uma grande realização profissional.”

Luís Simão, promotor

O Palacete de Amoreira da Torre, do final do séc. XIX, situado no centro histórico de Montemor-o-Novo, seria “apenas” uma segunda habitação, não fosse Moisés Gama apaixonar-se pela história do local, onde teve lugar, em 1495, uma reunião de Cortes, marcada pelo empreendimento planeado por D. João II para descobrir uma rota marítima para a Índia.

Pretendendo tirar partido desta forte componente identitária, Moisés Gama apostou inicialmente na criação de uma unidade de turismo de habitação, aprovada em 2011 pelo MONTE, ACE, e, mais tarde, em complementaridade, numa fábrica de chocolate, também candidatada ao apoio LEADER do PRODER, a Real Companhia do Cacau.

Oferecer aos hóspedes do Palacete uma chávena do “melhor chocolate quente” ou uma relaxante massagem com chocolate, explorando os benefícios da chocoterapia, são apenas algumas das ideias de partida do promotor, que fez um périplo pela Europa para visitar fábricas e aprender a arte de confeccionar chocolates *premium* com inesquecíveis sabores.

O investimento realizado, ao nível das obras de adaptação do espaço fabril, contíguo à unidade de turismo, aquisição de maquinaria, de grande qualidade e capacidade produtiva (150 kg/hora), embalagem e design do produto, deixa Moisés Gama bastante entusiasmado e otimista face a este negócio, “extremamente interessante”, em franco crescimento.

<http://www.realcompanhiacacau.com>

Localização	Montemor-o-Novo
Data da candidatura	2012
Investimento total	299.731,14 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	2

Projetos de qualidade, em tempo útil, sem descurar as questões ambientais, energéticas e de segurança é o objetivo da empresa de Leonel (L) Godinho (G) em Reguengos (R) de Monsaraz. Um jovem do concelho, com formação superior em engenharia civil, que decidiu apostar na oferta integrada de uma série de serviços nas áreas da engenharia e arquitetura.

Minimizar as distâncias, evitar derrapagens orçamentais em obras, eliminando burocracias e transmitindo maior celeridade aos clientes, é o que pretende este gabinete de estudos e projetos multidisciplinar, que conta já com nove colaboradores.

O projeto beneficiou do apoio LEADER, através do MONTE, ACE, para a instalação do gabinete e aquisição de equipamento muito específico e dispendioso, de topografia, impressão, corte e mediação acústica, que permitiu ao promotor reforçar a sua intervenção no mercado.

Com uma gama de serviços cada vez mais vasta e integrada, ao nível da certificação energética, medições acústicas, requalificação, manutenção e segurança dos edifícios, e formação, a LGR dispõe de uma carteira de uma centena de clientes ativos, entre mercados municipais, unidades de saúde, hotéis, entre outros, no Alentejo, Algarve e Lisboa.

Salientando as parcerias da LGR com a Universidade de Évora e o ISQ, “com muito bons resultados até aqui”, Leonel Godinho defende que “o trabalho em rede é uma mais-valia para todos”.

<http://www.lgr.pt>

Localização	Reguengos de Monsaraz
Data da candidatura	2009
Investimento total	203.851,60 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	2

Licenciado em Medicina Veterinária, Luís Simão ainda chegou a exercer atividade profissional em Coimbra, onde se formou, mas a vontade de regressar às origens fê-lo voltar a Vila Viçosa, para se dedicar a um projeto que é hoje uma referência na região.

Do pequeno consultório criado em 2007, ao hospital veterinário, inaugurado em julho de 2012, foi um passo, pois era notória a necessidade de alargar a gama de serviços prestados, sobretudo ao nível do internamento e cirurgia, como refere o promotor.

Apresentado ao MONTE, ACE em 2009, o projeto – apoiado pela medida LEADER do PRODER na construção do edifício e aquisição de diversos equipamentos – veio não só colmatar a oferta de cuidados básicos de saúde a animais, como oferecer, num mesmo espaço, um novo conjunto de serviços avançados na área, nomeadamente, de diagnóstico e cirurgia.

“Sem estes apoios, que ajudam e encorajam os empreendedores a passar do papel ideias válidas e estruturantes para as economias locais, não estaríamos a falar deste hospital”, afirma Luís Simão, acrescentando que “o facto de serem geridos localmente garante uma correta avaliação do projeto e das necessidades da região”.

Fazendo um balanço “muito positivo”, “dentro das expectativas, que foram muito altas, porque sempre acreditei neste projeto”, Luís Simão espera, de futuro, “consolidar a posição de referência do hospital, “sempre na linha da frente da inovação”.

<http://www.vetsul.pt>

Localização	Vila Viçosa
Data da candidatura	2009
Investimento total	299.068,04 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	2